



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 30 DE ABRIL DE 2014

----- No dia trinta do mês de abril do ano de dois mil e catorze reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pela primeira secretaria Maria Lurdes de Castro em substituição do presidente da Assembleia e secretariada pelo Mário Sérgio Cunha e José Bernardino Nogueira com a seguinte ordem de trabalhos:-----

- 1 - Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; -----
- 2 - Documentos de Prestação de Contas do ano de 2013; -----
- 3 - Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais;---
- 4 - Assunção de compromissos plurianuais - Aquisição de Serviços de Transportes Escolares;-----
- 5 - Documentos previsionais do ano de 2014 – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.-----

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma horas e trinta minutos tendo respondido à chamada: Sandra Maria Ferreira Teixeira em substituição de Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães, Joaquim Almeida Santos, Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira em substituição de Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, João Amadeu Mesquita Baptista Ferro, Abílio José Barbosa Pereira em substituição de Fátima Marisa da Silva Pereira, João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, Sónia Cristina Lourenço Ribeiro, Mário Sérgio Teixeira da Cunha, Ana Rita Costa Neto em substituição de Manuel Campos Sousa Neto, Nelson Ângelo Coelho Oliveira, Cidália de Lurdes Pereira Neto, Diana Júlia Regadas, Agostinho Paulo Teixeira Moreira em substituição de António Filipe Cardoso Barbosa, José Bernardino Pinto Nogueira, Virginia Luzia dos Santos Monteiro em substituição de José Manuel Teixeira Gonçalves, António Esteves, Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto em substituição de Ana Sofia Martins Bessa, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Adão António Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei, Armando Jorge Mota Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Lodares, Alberto Carlos Bessa de Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira, José Martins Ferreira, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, Adrião Paulo de Sousa Mendes, presidente da Junta de Freguesia de Sousela, Elisa Maria Ferreira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Cardoso Rosa Mesquita Pinto, presidente da Junta de Freguesia de Torno, António Fernando Morais da Silva, presidente da Junta de Freguesia de Vilar do Torno e Alentém, Eduardo António Sousa e Castro Taveira, presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida), Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem, Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão), João Maria Garcês Teixeira Silva em representação José Oliveira Nunes presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais e Fausto Manuel da Costa Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga e Maria de Lurdes Oliveira e Castro, num total de trinta e dois membros. Estiveram também presentes o senhor presidente da Câmara Pedro Machado e os senhores vereadores Leonel Vieira, Manuel António Nunes, Agostinho Gaspar Ribeiro, Cristina Moreira, Maria Cândida Novais e António Augusto Silva. -----

----- A Presidente da Mesa declarou aberta a sessão -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- A presidente da Mesa começou por informar que Sandra Maria Ferreira Teixeira substitui o membro Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães, que comunicou uma ausência por quatro dias. Ana Rita Costa Neto substitui o membro Manuel Campos Sousa Neto, que comunicou uma ausência por trinta dias. Abílio José Barbosa Pereira substitui o membro Fátima Marisa da Silva Pereira, que comunicou uma ausência por trinta dias. Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto substitui o membro Ana Sofia Martins Bessa que comunicou uma ausência por trinta dias. Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira, substitui o membro Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, que comunicou uma ausência por trinta dias. Virginia Luzia dos Santos Monteiro substitui o membro José Manuel Teixeira Gonçalves, que comunicou uma ausência por vinte dias. Agostinho Paulo Teixeira Moreira substitui o membro António Filipe Cardoso Barbosa, que comunicou uma ausência por trinta dias e João Maria Garcês Teixeira Silva, representante legal do Presidente de Junta da União de Freguesias de Nespereira e Casais José Oliveira Nunes. -----

----- De imediato foi posta à discussão a ata da primeira reunião da sessão ordinária de vinte e oito de fevereiro de dois mil e catorze. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia, passou-se à votação da ata da primeira reunião da sessão de vinte e oito de novembro de dois mil e catorze, que foi aprovada por unanimidade de trinta e dois votos.-----

----- Eram vinte e uma horas e trinta e seis minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: João Carlos Pinto Correia -----

----- E de seguida foi posta à discussão a ata da segunda reunião da sessão ordinária de vinte e oito de fevereiro de dois mil e catorze, que se realizou no dia doze de março de dois mil e catorze. -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia, passou-se à votação da ata da segunda reunião da sessão de vinte e oito de fevereiro de dois mil e catorze, que foi aprovada por trinta e dois votos a favor e uma abstenção do seguinte membro: João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho -----

----- Seguiu-se o Período de Intervenção dos Grupos Municipais -----

----- Intervenção do Sr. João Carvalho do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssima senhora presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal de Lousada, excelentíssima senhora vereadora, excelentíssimos senhores vereadores, estimados deputados municipais e estimado público. Senhora presidente, na passada Assembleia Municipal do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e catorze, o senhor presidente da Mesa em exercício informou que o deputado independente integraria o grupo municipal socialista. Com isto, deixamos automaticamente de ter três grupos parlamentares e passamos a ter dois. Assim sendo e como já foi reforçado na reunião de doze de março, este Regimento não está de acordo com os atuais grupos parlamentares instalados. Compreendemos a ansiedade de aprovar este Regimento, no entanto ele tem de ser corrigido. A senhora presidente irá permitir a continuidade desta irregularidade?» -----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta e um minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Eram vinte e uma horas e quarenta e dois minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: António Maximiano Dias Nunes Teixeira, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas. -----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta e três minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: António Carlos da Cunha Pacheco. -----

----- Intervenção da Sr^a. Cidália Neto do Grupo Municipal “Lousada Viva”
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssima senhora presidente da Assembleia, excelentíssimo senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, caros deputados, comunicação social e público aqui presente. Há quarenta anos, um conjunto de homens corajosos, derrubou um regime cansado da guerra e castrador das liberdades. E por causa desses homens, que não procuraram cargos, nem um lugar na história, que estamos aqui hoje nesta casa, símbolo da democracia, em que temos hoje a felicidade de viver. As comemorações do 25 de Abril são por isso um momento importante para celebrar a liberdade e a democracia, mas também para lembrar grandes figuras da nossa história, que deram tudo sem nada pedir. São exemplos notáveis para muitos portugueses dos nossos dias. E esta lembrança é tanto mais importante quanto, á medida que avançamos no tempo, são mais aqueles que nasceram depois do 25 de Abril e porque não viveram as privações de outrora, facilmente cedem ao materialismo consumista, avaliando os outros pelo poder ou pelo dinheiro que possuem, caindo no conformismo ou no vazio de ideais. Minhas senhoras e meus senhores tal como eu, que ainda não tinha nascido nessa altura, são milhões os portugueses que não tem qualquer lembrança do 25 de Abril e que veem a democracia e a liberdade como dados adquiridos, porque nunca se viram privados delas. É por isso que considero que temos o dever de lhes mostrar o preço da liberdade e da democracia que devem constituir princípios de ação para todos os cidadãos. E mais do que mostrar, as instituições devem ser exemplos. A liberdade não é um fim em si mesmo e não pode ser usada para destruir a democracia, cada um de nós deve ter liberdade para defender as suas ideias e dizer o que pensa, mas nunca poderá ter a liberdade de impor aos outros por qualquer meio as suas ideias ou seus interesses pessoais. A liberdade e a democracia são hoje por nós aceites como valores absolutos. No entanto, só aliados à justiça e solidariedade podem proporcionar uma sociedade melhor. O 25 de Abril fez-se também em nome de uma sociedade mais justa e solidária, mas esta é uma caminhada árdua que não chegou ainda ao fim. Hoje, porque vivemos uma conjuntura difícil, acentuam-se as desigualdades sociais, as situações de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

pobreza e exclusão, temos certamente um Portugal mais justo e igualitário do que há quarenta anos atrás, mas a persistência das desigualdades sociais e da pobreza entristece certamente aqueles que fizeram a Revolução de Abril. As instituições têm por isso de pugnar por uma justiça social apoiando-se em princípios éticos geradores de confiança, só assim transmitirão segurança aos cidadãos e anularão sentimentos de revolta, criando condições para a autoconfiança que anda tantas vezes em baixo nos portugueses e os leva muitas vezes a abandonar o país. E é isso que devemos evitar, não queremos que os nossos jovens saiam, queremos-os motivados e criadores de riqueza, mas para isso temos de lhes dar condições para trabalharem. Temos que lhes proporcionar uma sociedade alicerçada nos valores de Abril. Portugal é, aliás, sempre foi, um país com grandes potencialidades, condições naturais favoráveis e homens e mulheres capazes, extraordinários e empreendedores. O que nos falta então? Eu diria que nos falta a autoestima, o sentimento de unidade e anulação da crise existencial, como escreveu Fernando Pessoa, na “Mensagem”: “Tudo é incerto e derradeiro. Tudo é disperso, nada é inteiro. Ó Portugal, hoje és nevoeiro...”. Mas acrescentou que, “É a Hora!”. E é de facto a hora, de sermos invadidos novamente pela força de Abril que foi alicerçada pelo querer e pelo sonho. Temos uma riqueza histórica e cultura ímpar, e jovens talentosos que podem fazer a diferença. Estes quarenta anos de democracia devem por isso, ser também, a celebração da esperança daqueles que acreditam em si próprios. Por isso, um pouco por todo o país se celebrou o 25 de Abril. Quarenta anos, Lousada não foi a exceção. Lamentamos apenas, que após quarenta anos de democracia moderna e respeitada, não tenham todos o mesmo valor para figurar no painel representativo do poder local. Aos deputados, membros deste órgão de soberania, aos vereadores membros da coligação “Lousada Viva” não foi endereçado qualquer convite para estarem presentes nas comemorações do 25 de Abril. Dir-me-ão que sempre foi assim, e foi, mas até a ditadura que durou décadas teve um fim. Portanto é hora de em unísono defendermos Lousada e a democracia. Viva o 25 de Abril! Viva Lousada! Viva Portugal!» -----

----- Intervenção da Sr^a. Ana Rita Neto do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssima senhora presidente da Mesa da Assembleia Municipal e restante Mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal, excelentíssimos senhores vereadores, excelentíssimos senhores deputados municipais e caros lousadenses aqui hoje presentes. Dando cumprimento ao estabelecido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

na legislação em vigor, é da responsabilidade dos municípios a implementação de medidas que visam criar condições necessárias à aprendizagem dos alunos inseridos em agregados familiares caracterizados por situações de carência socioeconómica. Devendo por isso conceder apoios diretos aos encarregados de educação no âmbito da ação social escolar. Nesse sentido a Câmara Municipal de Lousada deve atribuir e pagar os subsídios escolares, atribuídos aos alunos do primeiro ciclo. Tendo presente esta premissa, não podem por isso as Juntas de Freguesia assumir os referidos pagamentos sem o devido enquadramento protocolar que nunca foi estabelecido, nem negociado. Por não se tratar de uma obrigação inerente à Junta, a recusa na realização desta ação não pode nunca ser considerada uma indisponibilidade da sua parte. Mais considera-se um abuso de poder e uma indelicadeza institucional que a Câmara Municipal de Lousada, perante esta situação, enviou a informação aos pais de que terão de se deslocar à Câmara Municipal para receberem os ditos subsídios, por indisponibilidade da Junta. Gostaria ainda de salientar que numa altura em que todas as organizações e a maioria das autarquias salientam e caminham para a simplicidade e modernização das ações administrativas, se continuam a dar preferência a métodos já um pouco ultrapassados neste âmbito, nomeadamente, nos métodos escolhidos para efetuar os pagamentos. Quando estes poderiam ser realizados sem custos adicionais, por transferência bancária ou por cheque, com muito mais comodidade para os encarregados de educação. Este exemplo reflete, no meu ponto de vista, a falta de planeamento e de objetividade e a recusa na melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos na gestão do município.» -----

----- Intervenção da Sr^a. Sandra Silva do Grupo Municipal “Lousada Viva”
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhora presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados da Assembleia Municipal, estimado público e comunicação social. O novo regime jurídico das autarquias locais, assente na Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, institui e reforça as atribuições, transferências e competências das Câmaras Municipais para as Juntas de Freguesia. Esta pequena revolução administrativa visa melhorar a gestão do território e prestar um melhor serviço público aos cidadãos. Com as novas competências atribuídas às Juntas de Freguesia pretendeu o legislador, propiciar uma administração mais eficaz e uma maior racionalização dos recursos públicos. Em Lousada é chegada a hora do senhor presidente de Câmara e dos senhores



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

vereadores concederem às Juntas de Freguesia os meios suficientes para que se cumpra a lei, e para que os munícipes de Lousada sejam bem servidos. O senhor presidente da Câmara não começou da melhor forma, quando em fevereiro deste ano, apresentou via correio eletrónico, aos senhores presidentes de Junta os protocolos de Obras de reparação, manutenção nos estabelecimentos de educação pré-escolares e do primeiro ciclo do ensino básico e o de obras e melhoramentos. Concedendo-lhe apenas três dias úteis para se pronunciarem. Por outro lado, começaram muito bem os senhores presidentes de Junta, eleitos pela coligação “Lousada Viva” que recusaram pronunciar-se sobre os documentos, tendo de imediato solicitado uma reunião de trabalho conjunta, entre o senhor presidente da Câmara e todos os senhores presidentes de Junta. O senhor presidente da Câmara reconheceu a razão aos senhores presidentes de Junta e prontamente convocou uma reunião com todos. Facto inédito em Lousada. Os senhores presidentes de Junta fizeram história em Lousada. Pela primeira vez em vinte e cinco anos, o senhor presidente de Câmara reuniu em conjunto com todos os senhores presidentes de Junta. Das reuniões de trabalho entre o executivo camarário e os senhores presidentes de Junta obteve-se um acordo maioritário, quanto ao protocolo de obras de reparação e manutenção nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo básico, foi o acordo possível, mas não o mais adequado. Relativamente aos protocolos de obras e melhoramentos, devido às dificuldades de tesouraria do município ficou acordado reiniciar-se o processo de discussão no mês de maio, com a entrada em vigor a partir do segundo semestre. Entretanto sabemos que o senhor presidente da Câmara agendou uma reunião com todos os senhores presidentes de Junta para o próximo dia oito de maio, para decidirem quanto ao protocolo de obras e melhoramentos. Ainda referente ao protocolo de obras e melhoramentos convém recordar que os senhores presidentes de Junta ainda não receberam qualquer verba referente ao primeiro semestre de dois mil e catorze. O senhor presidente de Câmara comprometeu-se a pagar as verbas do primeiro semestre com o dinheiro proveniente do saldo de gerência de dois mil e treze. E como todos podemos verificar o saldo de gerência é suficiente para que o compromisso seja cumprido. O que estamos certos, que o senhor presidente de Câmara o irá honrar. Mas senhor presidente de Câmara, queremos que saiba que os eleitos da coligação “Lousada Viva” defendem um substancial reforço das verbas no protocolo de obras e melhoramentos. Aliás essa pretensão já lhe foi manifestada pelos senhores presidentes de Junta eleitos pela coligação “Lousada Viva”, até porque o aumento das atribuições e competências, diz-nos o bom senso, que deve ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

sinónimo de um reforço do envelope financeiro. Obviamente que o valor a pagar relativamente ao primeiro semestre, já tem que refletir os montantes a acordar no protocolo. Senhor presidente de Câmara, todos os eleitos pela coligação “Lousada Viva” estão disponíveis para dialogar com vossa excelência e com os senhores vereadores, sempre na defesa da população lousadense. E nunca se esqueça que os senhores presidentes de Junta são fundamentais para o desenvolvimento de todo o concelho. Está pois na hora de imprimir uma nova governação municipal tendo como principais parceiros todos os senhores presidentes de Junta.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhora presidente da Assembleia e restante Mesa excelentíssimo, senhor presidente da Câmara, restantes vereadores, estimado público e comunicação social. Caro João Carvalho e amigo, como o senhor Santos já disse na última reunião, o Partido Socialista entende que não há necessidade nenhuma de fazer a revisão do Regimento da Assembleia. E isso tem uma simples razão, o facto de neste momento, não existir um membro independente, não significa que de futuro isso não possa acontecer. Uma vez que qualquer um de nós é livre de abandonar os grupos que se encontram constituídos. Não obstante diz o direito e diz a lei que podemos fazer sempre uma redução ou interpretação daquilo que está consagrado no Regimento. E não vejo que o atual Regimento seja, por isso, irregular como tu disseste. Portanto não vejo qualquer irregularidade e não vejo em como o atual Regimento poderá pôr em causa o regular funcionamento desta Assembleia. Esta é a minha opinião e penso que é a opinião de todos os membros do grupo parlamentar do Partido Socialista. Cara Rita Neto, desde já quero louvar a tua primeira intervenção aqui, mas quero dizer-te uma coisa, sermões encomendados é que não. Que isso foi um sermão encomendado, por um presidente da Junta que está aqui, tem voz e que pode falar. E depois Dr^a. Sandra Silva tem memória curta, eu duvido que esta fosse a primeira vez que um presidente de Câmara do Partido Socialista, reunisse com presidentes da Junta de Freguesia. Eu não tenho idade suficiente para o afirmar, mas uma coisa eu posso afirmar, eu vejo várias vezes, vários presidentes de Junta a entrarem na Câmara e entrarem no gabinete do presidente. E acho que sempre foi dado o “à vontade”, não é só aos presidentes de Junta da Coligação “Lousada Viva”, a todos, para comunicarem, para falarem e para resolver aquilo que são os problemas dos lousadenses, tal como nós os resolvemos aqui. Vir para aqui afirmar que as conquistas que são feitas são obra de apenas um grupo de pessoas, no caso dos presidentes de Junta de Freguesia que foram eleitos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

pela coligação “Lousada Viva”, não só, é colocar em causa o trabalho que é feito pelos outros presidentes de Junta, e que é tão ou mais meritório que o vosso, como é colocar em causa tudo aquilo que é gestão que é feita do município. E isso como nós veremos adiante e eu tenho pena de uma senhora deputada não estar cá hoje presente, como vai ver isso é mentira.» -

----- Intervenção do Sr. Eduardo Vilar presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem: «Quanto mais velhos somos, mais fazemos parte dessa história. Portanto eu compreendo de todo que os mais jovens, e eu também já o fui, e lembro-me também de algumas reações menos adequadas que se calhar tive, menos amadurecidas. Por vezes esquecemo-nos de ir atrás um bocadinho à procura da história e das explicações das coisas. Já o meu pai me dizia, e eu às vezes não aceitava muito bem, mas dizia-me que havia uma explicação para as coisas. E de facto há, por muito que nos custe. Pela questão do 25 de Abril, eu ouvi a dissertação com muita atenção, com alguma admiração até, ficando um pouco pasmado na conclusão, porque pareceu desarticulada de todo o resto. Porque o 25 de Abril é acima de tudo uma comemoração em que o cidadão não precisa de convite, tem de estar por aquilo que sente dentro de si. E assim tem sido o entendimento desde há muitos anos, pelos vistos a Câmara atualmente também assim o entendeu, e não foi por isso, por não haver convite, que esta praça aqui em frente do município esteve com menos gente este ano que nos outros anos. Pelo contrário. Não faço mais considerações sobre isso porque teria muita história para contar, nem há tempo, nem é o lugar hoje. Relativamente aos pagamentos da ação social escolar. Também fico algo surpreendido, como disse o nosso amigo João que tenhamos de procurar “capas” para nos escondermos ou atirar pedras e esconder a mão. Não me parece que seja a atitude mais correta. Eu faço aqui um bocadinho de história, quando se delegou nas Juntas de Freguesia o pagamento dos subsídios escolares, tinha e muito bem, uma preocupação social, única e simplesmente, nem sequer era tirar trabalho à Câmara. E a preocupação era tão simples quanto esta, para as pessoas que trabalham perder meio-dia ou um dia de trabalho para vir à Câmara receber o subsídio, perde automaticamente metade do subsídio ou mais. Foi esse o espírito que esteve subjacente e que foi disponibilizado a todas as Juntas que à época o quiseram fazer, tendo consciência que isso até permitiria algum, enfim, *mise en scène* político para alguns que quisessem, afinar um bocadinho mais, mas foi igual para todos. Não se apartaram os do PS dos do PSD, foi igual para todos, e que eu saiba continua a ser. Agora é evidente que o presidente de Junta e a sua equipa, tem uma missão de serviço público.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Alguns não querem, tudo bem, compreendo, são doutores. Eu também tenho o canudo mas não me arrego o título de doutor, estou para servir, e como eu, a maioria felizmente. É neste sentido que os formalismos do protocolo e do pedir por favor ao senhor presidente da Junta, desculpem lá, já não estamos nesse tempo, eu pensei que isso tinha passado, em setenta e três para setenta e quatro, tinha passado isso tudo, ou estamos a regredir, a tal ponto que temos de voltar a isso. Eu ainda tenho memória de setenta e quatro e tenho memória da PIDE andar atrás de mim, e tenho memória de tudo que era antes dessa época e do que foi depois. Pena é que alguns de nós, mais novos, não tenhamos essa memória e não saibamos dar os descontos devidos a determinadas situações. Perdoem-me este desabafo mas não poderia ficar calado ali naquele lugar.» -----

----- Intervenção da Sr^a. Cidália Neto do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Professor Eduardo Vilar, como o povo costuma dizer a “festas e batizados só vás se fores convidado”. É claro que eu fiz a minha festa, todos nós provavelmente fizemos a nossa festa. Mas sendo uma instituição, a Câmara neste caso, a organizar a festa acho que fazia sentido um convite. Até porque, como todos sabemos, as instituições têm protocolos e devem segui-los. E quero lembrar outra coisa. A minha primeira sessão nesta sala ficou marcada por uma questão que teve a ver com um convite de um presidente de Junta que terá sido endereçado à figura do senhor presidente, ou melhor ao senhor presidente enquanto pessoa e não enquanto presidente de Câmara. E gerou-se uma celeuma cá na sala porque o senhor presidente não foi porque oficialmente não foi convidado. Quero saber se os protocolos são válidos para uns e não são para outros ou se são validos para umas situações e não são para outras.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Continuamos a confundir as coisas. O 25 de Abril é essencialmente uma festa do povo e o povo não precisa de convites. O povo está cá. Mas se calhar é uma explicação, da ausência sistemática da maior parte, digo a maior parte não é da totalidade, dos representantes da direita local nas festividades do 25 de Abril. Mas ainda assim confundindo uma inauguração oficial com placas decerradas nas paredes. O 25 de Abril não precisa de placas, de nomes, de presidentes de Câmara, de vereadores, de presidentes de Junta, de deputados municipais e o que quer que seja. O 25 de Abril precisa de espontaneidade e da coordenação para continuarmos a pugnar pelos valores de abril e é isso que interessa.» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «A intervenção do João Carvalho é uma questão do Regimento acho que não me compete a mim comentar. Começando pela intervenção da Dr.ª Cidália Neto. Foi pena não ter acabado como começou e como desenvolveu a sua intervenção. De facto estava no bom caminho, disse muitas verdades, cada vez mais pertinentes e disse também que milhões de portugueses nunca se viram privados da liberdade e da democracia. Mas nós não podemos ser redutores a esse ponto. O 25 de Abril foi muito mais do que isso, foi muito mais que a liberdade e muito mais do que a democracia. O 25 de Abril foi uma mudança radical na vida dos portugueses. Nós conseguimos ao longo destes quarenta anos dar um salto qualitativo em termos de condições de vida, em termos de igualdade de oportunidades. Como sabe antigamente haviam os mais afortunados, por terem nascido nesta ou naquela família e haviam os outros, que eram privados da educação, privados de oportunidades, no fundo de lutar por uma vida melhor. E de facto se há grande conquista do 25 de Abril foi essa, cada um por seus meios, pelo seu esforço, pelo seu trabalho, conseguir melhores condições de vida. Isso também se deveu, em muito, a uma nova visão do Estado. O Estado começou a preocupar-se cada vez mais com as pessoas e com as condições de vida das pessoas, nomeadamente com a sua saúde, com a sua educação, com a proteção social das pessoas, o famoso Estado Social que agora, como sabem, está cada vez mais em perigo. Eu confesso que a determinada altura estava a ouvi-la e estava a pensar, se calhar vai terminar a intervenção dizendo “abaixo o governo”, mas não, foi pela pior conclusão. Porque de facto conforme aqui foi dito, e bem, não estamos a falar de nenhuma comemoração oficial, nós estamos a falar, no fundo, de um ato simbólico de hastear as bandeiras, a exemplo daquilo que já aconteceu no ano passado ou há dois anos. Eu sei que esta crítica, não sei se foi aqui ou na reunião de Câmara, e nós sempre dissemos o mesmo, isto não é um ato que, pensamos nós, se justifique fazer convites oficiais às entidades. Não é só a questão dos presidentes de Junta e dos grupos municipais, muitas outras entidades então teríamos de convidar. É uma manifestação popular, foi sempre assim que nós a encaramos. Eu pensei que vocês iam por outro caminho, que era porventura criticar a própria festividade ou o próprio modo como nós festejamos. Porque a meu ver, devemos fazer de modo diferente, já falamos no seio do executivo para no próximo ano, darmos um outro cariz à festividade. Isso sim é o cerne da questão, dar mais ênfase à festividade. Os convites, valha-me Deus. Então este remate final, foi outro tiro no pé que deu. Era um episódio que eu já o tinha enterrado, um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

episódio infeliz, mas vou-lhe dizer, se porventura eu tenho ido àquela inauguração, ia acontecer ali uma situação muito caricata. Porque se tiverem o cuidado de ler o que diz naquela placa nessa casa mortuária, tem lá os nomes, e bem, do senhor presidente da Junta e tem também uma coisa inédita que nunca vi, não estou a criticar, mas é inédito porque nunca vi em mais nenhum equipamento, o nome do tesoureiro e do secretário. E pergunto eu e se o presidente de Câmara lá tivesse ido, punham o corretor e acrescentavam qualquer coisa? Não vamos por aí, porque vocês nunca tiveram vontade de eu estar presente nessa inauguração, vamos ficar por aqui, vamos ser sérios. Depois relativamente à intervenção da Ana Rita Neto. Eu queria-lhe dizer que nós não nos consideramos propriamente mentecaptos e portanto é evidente que essa modalidade de pagamento de transferência bancária e cheque é sempre considerado. Agora temos que ter a noção que nem todos, atualmente, apesar daquela evolução que eu disse que o 25 de Abril conseguiu, nem todos, infelizmente, têm aquilo que eu tenho e que você tem, que é uma conta bancária, um cheque, um cartão multibanco. Há muitos lousadenses que ainda não têm, e pior, há outros que tem mas têm as contas penhoradas, por exemplo. Nós estamos a falar de estratos sociais muito desfavorecidos E já agora vocês prestavam um serviço muito mais importante à população se fizessem propostas úteis e em benefício da população, e uma delas, por exemplo, que era muito pertinente e que me preocupa e que também já manifestei a vontade aqui ao meu executivo de trabalharmos para melhorar, é no prazo de pagamento. Isso sim, era muito pertinente, se vocês viessem aqui e dizer, atenção porque estamos a falar de pessoas com muitas dificuldades económicas e portanto é importante que a Câmara faça um esforço para pagar mais cedo isso sim. Agora este tipo de críticas, valha-me Deus. Relativamente à intervenção da Dr.^a Sandra Silva. Não vamos “bater no ceguinho”, esse assunto já foi aqui falado mais que uma vez. Portanto já aqui foi dito também em sessões anteriores, que aquela famosa reunião que eu fiz com, aliás já fizemos mais que uma, com os presidentes de Junta, não foi a primeira, já tinham sido feitas outras no passado. Se falar com presidentes de Junta com mais anos eles poderão confirmar isso, Mas isso para mim não é o cerne da questão o importante, já foi mais do que explicado o porquê de terem tão poucos dias para se pronunciar sobre aquela primeira proposta. Eu já expliquei isso, que de facto havia uma grande indefinição, só naquela altura que começou a surgir por parte da própria ANMP minutas para o efeito. Portanto as coisas foram feitas quando foi possível. Agora sobre tudo o que nós devemos realçar é que se conseguiu um bom resultado, que foi um consenso generalizado entre os presidentes de Junta,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

e isso para mim é que é o cerne da questão e que me satisfaz bastante. Disse que foi o acordo possível mas não o mais adequado, não percebo porquê. Se obtive o consenso generalizado dos presidentes de Junta não percebo porque é que diz que não foi o mais adequado. São palavras vãs e eu sinceramente não percebo. Depois queria era deixar aqui a garantia que a partir da próxima semana, vou trabalhar com todos os senhores presidentes de Junta, para que, na mesma senda daquilo que aconteceu com o outro protocolo, se conseguir um consenso, que eu espero que se consiga, é evidente que é legítimo que todos nós defendamos mais verbas para as nossas autarquias, é para isso que também fomos eleitos, mas queria só dar-lhe nota de que, e isto também já foi dito aqui mais que uma vez, quem tem a responsabilidade e o dever de financiar as autarquias locais, e quando digo autarquias locais não é só municípios é também as próprias freguesias que são autarquias locais, não são os municípios, é o Estado. Infelizmente como sabemos, o Estado cada vez se demite mais das suas responsabilidades, corta a torto e a direito, e quem viu hoje as notícias ao jantar ficou esclarecido. E por isso, nessa ausência e nesses cortes cegos que são cada vez maiores, nós sentimo-nos, enfim, sentimos essa necessidade de, de facto dar uma ajuda aos senhores presidentes de Junta. Por isso, seguramente que vou fazer um esforço para que se consiga esse consenso, acho que não devo dizer mais do que isso. O que eu tenho a dizer aos presidentes de Junta e não é a desconsiderar a Assembleia Municipal, mas acho que, tenho uma estratégia sobre esta matéria e acho que devo anunciar em primeira linha no dia oito com a reunião dos senhores presidentes de Junta. Entretanto a única garantia que eu posso deixar aqui é que vou fazer um esforço para que se consiga aqui uma convergência também nesta matéria, a bem dos lousadenses.» -----

----- De seguida foi apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista a Moção A - Pela defesa do Serviço Nacional de Saúde, do seguinte teor: “ Com o 25 de Abril de 1974, Portugal conseguiu enveredar por um novo rumo no que respeita aos princípios mais básicos da natureza Humana - outrora colocados em causa por um regime ditatorial sem precedentes e que jamais poderá ser alvo de qualquer complacência ou ténue elogio. Princípios fundamentais como a liberdade, respeito pela dignidade Humana e proteção social dos cidadãos, não existiam num país Europeu que se queria desenvolvido, acompanhando a evolução natural da sociedade. Esta marca insanável no nosso percurso político e social ficou para sempre associada a décadas de atraso e difíceis de combater. Desde essa data, houve certamente muitas decisões acertadas ou questionáveis,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

colocadas em prática pelos diversos governos, mas, sem qualquer dúvida, houve um desenvolvimento considerável e completamente unânime nas questões que se prendiam com a criação de um sistema de segurança social, liberdade de expressão, descentralização do poder do Estado com a criação de organismos de poder local e o Serviço Nacional de Saúde, quiçá, a maior conquista destes últimos 40 anos. A opção por um modelo de SNS é hoje reconhecida como a melhor forma de garantir os valores do acesso, da equidade e da solidariedade. O SNS tem sido um fator de coesão nacional e um avanço civilizacional, sendo até reconhecido mundialmente dada a sua qualidade. Ainda assim, o Governo publicou recentemente a Portaria n.º 82/2014 de 10 de abril, que constitui um violento ataque ao SNS e ao direito constitucional à saúde, tal como hoje o conhecemos. A Portaria n.º 82/2014, que no essencial reclassifica os hospitais de acordo com o seu grau de diferenciação, torna-se um engano, pois nada tem a ver com a reforma hospitalar, essencial e há muito exigida por imperativos funcionais, ou mesmo com a reforma orgânica do SNS. Com esta Portaria, o governo tem em vista, uma vez mais, o encerramento de serviços hospitalares, nomeadamente o encerramento da maioria das maternidades do país, a diminuição acentuada da capacidade de resposta global do SNS, a criação de condições incontornáveis para uma rápida expansão das entidades privadas, sobretudo por via do recurso aos subsistemas de saúde, e dar mais um passo, desta vez decisivo, para uma acelerada desertificação de vastas zonas do interior do país. Esta medida preocupa-nos ainda mais porque, segundo o previsto, até 31/12/2015 a maternidade do Centro Hospitalar Tâmega e Sousa (Hospital que serve o nosso concelho) será encerrada. A esta situação, acrescenta-se o previsível encerramento dos serviços de cirurgia vascular e urologia, entre outros. Ora, numa das regiões mais populosas e jovens do país, com mais de 500 mil habitantes e com uma média de 2 mil nascimentos por ano no próprio CHTS, esta decisão é completamente cega, injusta e incorreta, colocando em causa o desenvolvimento local e regional, bem como a assistência médica às nossas populações. A Portaria é clara e, como tal, é fácil constatar que Lousada ficará sem qualquer maternidade de referência e a curta distância, bem como outras valências fundamentais inscritas no CHTS e que tanta falta fazem à nossa população. Considerando o atrás exposto, o Grupo Municipal do PS na Assembleia Municipal de Lousada propõe a votação unânime desta moção, pela defesa do superior interesse da população Lousadense, exigindo a revogação imediata da Portaria n.º 82/2014 de 10 de abril, colocando desta forma um entrave à perda de competência fundamentais do CHTS. Mais decide enviar esta moção a Suas excelências



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

primeiro-ministro, ministro da saúde, Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde e ARS Norte ” -----

----- Intervenção em defesa da Moção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Esta situação é conhecida de todos, penso eu, já foi diversas vezes debatida nos meios de comunicação social. Está a ser debatida um pouco por todo o país e aquilo que a senhora presidente da Assembleia leu é perfeitamente claro. Quiçá até um pouco extenso mas teria que assim ser para o que aqui está em causa, ou que nos interessa nesta nossa região, que é o Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa.» -----

----- Intervenção da Sr^a. Sandra Silva do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Em relação à Moção apresentada pelo Partido Socialista, a coligação “Lousada Viva” vai votar com abstenção, porque temos a informação de que isso não irá acontecer. Não vai haver diminuição de especialidades no Hospital Tâmega e Sousa. Assim como, aconteceu no centro de saúde, não há CES, em que foi veiculada nas notícias que iria reduzir o número de médicos efetivos no centro saúde de Lousada, em que a população veria a diminuir os seus cuidados de saúde. O que afinal não se confirmou, e testemunha disso foi o que aconteceu esta semana na reunião do ACES.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias Nogueira e Alvarenga: «Senhora presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e restantes vereadores, caros colegas e excelentíssimo público. Eu venho cá só fazer uma pequena intervenção porque me parece que esta, digamos pretensão, do partido socialista ao apresentar esta Moção, no fundo de facto é um golpe daqueles que, digamos políticos que é interessante fazer contra o governo, mas cujo resultado efetivo de preocupação para os lousadenses é, zero. Porque se estivessem efetivamente preocupados com os lousadenses nesses aspeto, estavam mais preocupados com o que pode acontecer, efetivamente, e isso sim, e se fosse esse o interesse desta Moção, o que pode acontecer ou o que está brevemente para acontecer na Misericórdia de Lousada, em que efetivamente aquilo que é o contrato das consultas comparticipadas pelo Estado vai deixar de existir. Portanto, pode tornar-se efetivamente apenas um hospital privado. E portanto aí sim, é que devia ser a preocupação do partido socialista e de todos nós desta bancada. Portanto quanto ao resto é mais um *fait divers* que efetivamente atendendo às últimas notícias que agora a nossa colega da coligação acabou de dizer, é extemporâneo e é só



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

mais poeira e não passa disso. A preocupação efetiva em negociar e em fazer chegar ao governo e fazer chegar, dentro desta bancada, o sentido de que ao nível daquilo que é a importância do Hospital de Lousada e da Misericórdia para as consultas, tendo em conta que o Centro de Saúde a partir de uma determinada hora não as realiza, é muito mais importante e não está plasmado.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Faço aqui um ponto prévio porque, como estive cá no anterior mandato, sabe que nós em Lousada não temos o hábito de promover lutas partidárias com o poder central. Nós aqui, no anterior mandato, até aprovamos várias Moções contra o governo de José Sócrates, até interpostas pelo próprio partido socialista. Portanto a partir daí já estamos mais ou menos conversados. Esta Moção só surge, e caso não saiba, porque a portaria foi lançada e foi lançada, primeiro de tudo porque nem decreto-lei há, porque como deve saber, se houvesse decreto-lei ela seria debatida na Assembleia da República, no local da democracia, e era discutida por todos os grupos parlamentares e até se tornava mais pública. Isto parece que foi um artefacto do senhor secretário de Estado para passar administrativamente um erro grotesco desta dimensão. Mas ainda assim e também como não sabe, na maioria dos concelhos e das Assembleias Municipais da nossa região, e era isso que eu esperava que vocês hoje viessem aqui, seria para propor uma Moção conjunta, mas já disseram que se irão abster. E isso não há volta a dar, e isso mais uma vez, foi feito em Paços de Ferreira, em Penafiel, em Paredes, etc. Moções conjuntas do PS e do PSD que mal foram apresentadas as Moções foram unidas. O que aqui está em causa é o superior interesse da população lousadense. Não está aqui em causa quem temos que defender na Assembleia da República. Ainda ontem na Assembleia Intermunicipal do Tâmega e Sousa, eu próprio apresentei uma Moção com conhecimento de todos, foi pena que os vossos elementos faltaram e não se fizeram representar, se não sabiam o que eu viria aqui hoje fazer. Na intermunicipal suspendemos os trabalhos para que eu e o líder de bancada do PSD fossemos fazer uma Moção conjunta, para que saísse uma posição de força contra esta portaria. Mais uma vez os próprios elementos do partido social democrático aliaram-se à opinião do partido socialista dos independentes e demais cidadãos para que saísse uma posição de força contra aquilo que estão a fazer ao Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa. Que já sabemos que o Ministro da Saúde diz que não vai ser nada assim, é sempre a mesma questão. E a urgência desta Moção ser aqui lançada hoje e não serem discutidas outras situações que podem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

acontecer noutros hospitais privados, primeiro de tudo é o serviço nacional de saúde e é a saúde pública que está aqui em causa, e depois porque a portaria tem trinta dias para ser interposta alguma contestação. E trinta dias, como ontem foi dito pelo presidente da Assembleia Intermunicipal o Dr. Alberto Santos, do PSD por acaso, acabaria nos próximos dias, se calhar até hoje, não sei muito bem o *timing* mas será mais ou menos dentro de uma semana. Portanto ou era agora ou não era nunca, e essa posição de força que nós queríamos aqui tomar, o partido socialista votará naturalmente a favor, a coligação irá abster-se. A Moção irá ser aprovada, ainda assim ficará esta mancha, mas cada um saberá do seu próprio sentido de voto.» -----

----- Eram vinte e duas horas e vinte e oito minutos quando se ausentou definitivamente desta Assembleia Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor presidente de Junta só quero-lhe dizer uma coisa, aquilo que o senhor hoje aqui veio fazer, e você sabe que eu vou chegar lá fora e lhe vou dar um grande abraço, mas enquanto presidente de Junta, aquilo que o senhor veio aqui fazer, foi uma pouca-vergonha, e vou-lhe dizer porquê. Porque se o senhor for falar com a população que representa, para eles não é nenhum *fait divers*. Vou-lhe dizer isto, pergunte à população que está lá fora, se isto é algum *fait divers* para eles. Pergunte aos idosos que tem de ser operados às varizes, se é algum *fait divers* eles terem de se deslocar a Penafiel ou terem de se deslocar ao Porto ou a qualquer outro hospital. Tanto quanto eu saiba e relativamente às grávidas deste concelho, Guimarães também vai fechar a maternidade, também lá está na Portaria. Portanto, se isto é *fait divers* para a população, eu quero que venha aqui uma pessoa dizer: isso não interessa para nada. E digo-lhe mais, o senhor presidente falhou numa outra coisa, veio aqui dizer que em Lousada há um grande problema com a Misericórdia, mas eu não vi aqui nenhuma Moção do PSD hoje. Incrível, não vi nenhuma. A Portaria, está lá tudo escrito, não se preocupem que nós temos informações que vai correr tudo bem, mas a verdade é que o deputado desta Assembleia Municipal que também é deputado da nação, e que por acaso, só por acaso, também faz parte da Comissão de Saúde, nem sequer meteu os pés na Intermunicipal, hoje não vem cá meter os pés, e diz que está sempre disponível para Lousada. E eu ainda não o vi aqui a defender esta questão e a questão deste hospital. Portanto, em primeiro lugar porque é que o PSD Lousada é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

dissonante em relação ao PSD da Comunidade Intermunicipal? Segundo ponto, em que é que isto é um *fait divers* à população lousadense? É por eles terem de ter os partos no Porto? É por os nossos idosos terem de pagar para serem operados às varizes no Porto? É para ter consultas de urologia no Porto e ficarem lá horas e horas como acontece hoje em dia? Isto é um *fait divers* para a população. Isto, senhor presidente, é uma vergonha.» -----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Vamos ver o que é que está aqui em causa. Esta Portaria oitenta e dois barra dois mil e catorze de dez de abril, veio definir a categorização dos diferentes hospitais e a respetiva carteira de valências, que “assenta primordialmente, (estou a ler o decreto) em critérios de base populacional e complementaridade da rede hospitalar para a prestação de cuidados de saúde de elevada qualidade e proximidade”. O Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa ficou integrado no grupo um, em contradição clara com o ponto dois i) da alínea a) do número um, do artigo dois, da Portaria, que estabelece como características deste grupo uma “área de influência direta para as valências existentes entre setenta e cinco mil e quinhentos mil habitante, sem área de influência indireta, correndo assim o risco de perdas de valências como cirurgia cardiovascular, urologia e obstetrícia, entre outras, e conseqüentemente, também a maternidade. Primeiro, os hospitais do Centro hospitalar do Tâmega e Sousa (Penafiel e Amarante) servem cerca de quinhentos e vinte mil habitantes, ultrapassando o limite máximo estabelecido para o grupo um. Segundo, os hospitais do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa (Penafiel e Amarante) beneficiam de excelentes acessibilidades, tanto em quantidade como em qualidade, podendo ser considerados centros geográficos de uma vasta área de influência direta e indireta, constituída por concelhos de quatro distritos (Porto, Braga, Aveiro e Viseu). A maternidade deste Centro Hospitalar que faz mais, penso que em dois mil treze fizeram dois mil e trezentos partos por ano, valor muito acima do limiar mínimo anual aconselhado a nível internacional, para que estejam garantidas a qualidade e a segurança, mil e quinhentos partos anuais, este é o valor limite para que haja maternidade que tenha essas garantias. E só ultrapassado, na região Norte e no mesmo ano, pelas maternidades do Centro Hospitalar do Porto e do Hospital de Braga. A política de planeamento e operacionalização da oferta de cuidados de saúde hospitalares, deve ser baseada no alívio da pressão existente sobre as unidades de saúde situadas nos grandes centros populacionais, neste caso, na área metropolitana do Porto e não numa ideia contrária. Quero dar a informação e esta informação não vou dizer o nome da pessoa que a deu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ontem na CIM, mas é do vosso partido, que a ARS-Norte para colocar o Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa fora do segundo e terceiro grupo, portanto no primeiro grupo em que não são incluídos centros hospitalares com mais de quinhentas mil pessoas, a ARS Norte pretende tirar algumas freguesias da área de influência do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa para assim, depois obedecer a esta condição de ter menos de quinhentos mil habitantes. Portanto em minha opinião a Portaria oitenta e dois barra dois mil e catorze de dez de abril deve ser revogada, nomeadamente no que diz respeito à categorização do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa. Que ao Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa lhe seja atribuída uma área de influência direta e indireta. Que lhe sejam atribuídas as valências necessárias para que possa cumprir a sua missão com dignidade e responsabilidade, na prestação de cuidados de saúde de elevada qualidade e proximidade.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Câmara: «Eu julgo que quem quis ficou esclarecido. Fiquei um pouco arrepiado quando ouvi algumas intervenções que desconsideram a importância de um tema que é tão importante para todos nós lousadenses, chamar-lhe *fait divers* e poeira, sinceramente. Julgo que é um assunto que nos preocupa a todos e queria só dar nota de que é um assunto que obteve consensos em termos de crítica no âmbito da CIM por todos os elementos que compõem a CIM. Portanto os meus colegas eleitos pelo PSD partilham deste entendimento. Depois a senhora Dr. Sandra Silva diz que tem informação de que isso não vai acontecer. Os meus colegas presidentes de Câmara aqui da CIM-Tâmega e Sousa ainda não têm essa informação ou pelo menos não a tinham há poucos dias. Mas esperemos que assim seja, é isso que todos nós desejamos, mas enquanto esta situação não ficar assente, eu julgo que era prudente que esta Assembleia tomasse uma posição de força e de preferência por unanimidade, mas cada um toma a decisão que bem entender.» -----

----- De seguida passou-se à votação da Moção A que foi aprovada por dezoito votos a favor e dezasseis abstenções dos seguintes membros: António Carlos da Cunha Pacheco, Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira em substituição de Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, o, Abílio José Barbosa Pereira em substituição de Fátima Marisa da Silva Pereira, João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, Ana Rita Costa Neto em substituição de Manuel Campos Sousa Neto, Cidália de Lurdes Pereira Neto, Agostinho Paulo Teixeira Moreira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

em substituição de António Filipe Cardoso Barbosa, Virginia Luzia dos Santos Monteiro em substituição de José Manuel Teixeira Gonçalves, Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto em substituição de Ana Sofia Martins Bessa, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda, Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, António Maximiano Dias Nunes Teixeira, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas, João Maria Garcês Teixeira Silva em representação José Oliveira Nunes presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais e Fausto Manuel da Costa Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvaes, Pias, Nogueira e Alvarenga. -----

----- Não participou na votação o seguinte membro: Alberto Carlos Bessa de Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira. -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PRIMEIRO PONTO: - Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; -----

----- Intervenção do Sr. João Carvalho do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor presidente da Câmara, o grupo parlamentar do PSD soube que lhe foi proposto pelos vereadores da coligação a criação de uma comissão de acompanhamento do aterro, e este grupo parlamentar quer desde já manifestar a concordância em que esta comissão seja criada até à próxima Assembleia Municipal. E que durante este período reúna com os organismos envolvidos. Queremos apenas saber se é, efetivamente este, o seu intuito.» -----

----- Intervenção da Sr^a. Sandra Silva do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Vou abordar um assunto que eu creio ser de grande interesse para o município e está relacionado com o início das obras dos novos centros escolares. O senhor presidente da Câmara na sua intervenção relativa a esta sessão disse e passo a citar: “Estão criadas todas as condições para o arranque dos trabalhos de construção dos novos centros escolares em Caíde de Rei, Casais, Lodes, Meinedo, Nespereira e Sousela”. Pois bem, não me parece senhor presidente que na realidade estejam criadas essas condições, e vou falar em concreto o que se passa na freguesia de Meinedo. Foram colocados



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

contentores para assegurar as aulas e as refeições aos alunos da escola do Corgo, e lembro aos presentes que os trabalhos de construção só estão concluídos ou melhor dizendo, a sua finalização está prevista apenas para o início do ano letivo, dois mil e quinze/dois mil e dezasseis. O que quer dizer que estas crianças, vão estar nestes contentores mais de um ano e praticamente numa semana fez-se a transição para este novo espaço onde vai funcionar toda a atividade escolar, sem estarem salvaguardados o bem-estar e a própria segurança destas crianças. E estamos a falar de escola com cerca de cento e trinta e cinco alunos. Senão vejamos, no primeiro dia de aulas os alunos não tiveram luz, a eletricidade só foi ligada provisoriamente à tarde, e segundo o que me foi dado a conhecer continua nestas condições. Não asseguraram o espaço coberto para as crianças se abrigarem e brincarem, e eu vou perguntar ao senhor presidente de Câmara, quando é que está previsto colocarem um coberto para estas crianças? É necessário fazer urgentemente uma reparação no piso que é de terra com uma camada fina de tout-venant e uma vez que o terreno é em socalcos originou regos e irregularidades no piso que podem originar acidentes, visto que este é o único espaço que as crianças têm para brincar. Não asseguraram as aulas de ginástica às crianças, que do meu ponto de vista é uma atividade essencial, uma vez que o espaço para o recreio é bastante reduzido. É preciso também estar muito atento e não descorar a vedação deste espaço, pois temos uma estrada nacional com muito movimento na sua confrontação. E por último mas não menos relevante a questão da alimentação. O almoço para estas cento e trinta e cinco crianças está a ser confeccionado na escola de Sub-Ribas e depois é transportado para os ditos contentores, onde por vezes as crianças se cruzam com tachos e panelas, com o almoço, e como se costuma dizer, o perigo está sempre à espreita, para além disso, o espaço para as refeições é demasiado pequeno o que implica que as crianças comam em pequenos grupos, isto é por turmas e os últimos como é óbvio tem a sua refeição fria. Eu pergunto senhor presidente, se não teria sido mais sensato e coerente nestas condições entregar o serviço de refeições a uma empresa, assegurando assim, uma melhor qualidade de serviço prestado às nossas crianças. Senhor presidente deixo também a pergunta, não teria sido mais sensato esperar pelo fim do ano letivo em curso para esta transição, uma vez que não se criaram atempadamente as condições necessárias para oferecer às crianças um bom funcionamento escolar? E senhor presidente, peço-lhe que perante estes factos mencionados, os tenha em consideração e que tome as respetivas diligências necessárias para a sua rápida resolução. Estou certa de que isso irá acontecer. Para terminar a coligação “Lousada Viva” quer informar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

todos os lousadenses que contrariamente a algumas notícias veiculadas não vão perder nenhum médico da especialidade medicina geral e familiar, vulgarmente conhecido por médico de família. Conforme pude constatar na reunião desta semana com o conselho da comunidade o ACES-Tamega III-Vale Sousa Norte, na qual o senhor presidente Dr. Camilo Mota, informou que durante o ano de dois mil e catorze, todos os utente vão ter direito a um médico de família no concelho de Lousada. Está assim assegurada a promoção de uma melhor prestação de cuidados de saúde a todos os lousadenses.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Eu quero antes mais cumprimentar ali o meu caro amigo João, e por acaso, na primeira intervenção que ele fez estava admirado, e estava até, na expectativa que ele viesse a esta Assembleia declarar a independência de Alvarenga. Mas afinal ainda não, está a trabalhar nisso, penso eu, e em breve teremos aqui novos desenvolvimentos. Caro amigo João relativamente ao Hospital do Vale do Sousa e Tâmega, eu só quero esclarecer aqui uma situação. Aquilo que foi a vossa Moção, enquadrada no interesse para o município, o que eu quis dizer é que é uma moção extemporânea, porque tendo em conta o número de utentes que o hospital serve não se enquadra nessa situação. Aliás como foi dito e muito bem pelo senhor Ferro, tendo em conta que o número de habitantes que serve o Vale do Sousa ultrapassa os quinhentos mil. Portanto esta Moção relativamente ao Vale do Sousa não tem enquadramento. Desculpem que vos diga, mas isso é agora tentar arranjar um atalho, para justificar a vossa Moção. Efetivamente esta é a realidade. Segunda situação, essa é uma opinião muito pessoal minha eu, desafiava todos os presentes a fazer um exame de consciência e perceberem que relativamente às especialidades, que cada um dos hospitais que nós temos aqui nas redondezas tem, qual é aquele que procuram, apenas aquele que está mais perto ou aquele que oferece melhor qualidade no serviço, melhores condições no serviço? Que eu saiba efetivamente e o que se pretende efetivamente é melhorar a qualidade, e nesse aspeto, eu estou completamente de acordo. Quanto a outras situações ficariam para outras alturas. Gostava também de referir aqui uma situação que também foi falada relativamente ao Regimento, que eu acho que era importante voltar a insistir. É preciso ler a ata da primeira reunião, para ver qual foi a intervenção do senhor Santos. O senhor Santos na ausência da coligação “Lousada Viva”, afirmou que efetivamente o Regimento vai ter de ser alterado, porque mudaram os grupos parlamentares. Portanto nós queremos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

aprovar o Regimento mas de facto ele vai ter de sofrer alterações é o que está lá, e podem ler. Mas o mais importante disto tudo é que se querem manter o Regimento com os grupos parlamentares há aqui uma incongruência democrática porque efetivamente o maior grupo parlamentar é o da coligação “Lousada Viva” e sendo o maior, não sei porque não lhe é atribuído maior tempo. Em função do Regimento, porquê? Porque é assim o que vocês sempre no passado aprovaram e convencionaram. O grupo da coligação “Lousada Viva” é o maior grupo parlamentar também não sei porque na ordem das intervenções não é o último a falar, como sempre aconteceu no passado. Porque é que vocês agora invertem, a vosso benefício, e eu penso, e estamos a celebrar o 25 de Abril, eu não sei onde é que está, nesse sentido, um verdadeiro sentido democrático. Porque o grupo parlamentar da coligação “Lousada Viva” é o maior. Desculpe no Regimento é, porque se o grupo parlamentar PSD, coligação “Lousada Viva” tem dezoito membros, o PS tem dezassete e o independente tem um. Ora que eu saiba, dezoito é maior que dezassete. Portanto, senhora presidente da Assembleia, eu chamo aqui um, atenção à Mesa, porque efetivamente não está a ser cumprido o Regimento. Nesse sentido não está a ser cumprido o Regimento, no verdadeiro sentido democrático. É mentira, então dezoito não são maior que dezassete, agora se vocês juntarem o membro independente para o vosso grupo parlamentar fica igual, mas não é isso que está vincado no Regimento. Efetivamente vocês não querem assumir essa responsabilidade, mas efetivamente vocês criaram um Regimento completamente antidemocrático, porque no passado, na outra legislatura vocês, corretamente, embora eu ache que até nem devia ser este o procedimento, devia ser alternado e com algum espaço para debate, vocês sempre falaram em último lugar porque era o grupo parlamentar maior, não é isso que se passa agora. E porquê que agora vocês continuam a ser o grupo parlamentar a falar em último lugar. Há aqui qualquer incongruência, há aqui qualquer coisa que não está a funcionar bem, eu sei o que é. Segunda questão, relativamente ao 25 de Abril. Eu só gostava de referir relativamente às comemorações realizadas, como foram realizadas este ano e sempre foram realizadas, é uma situação. Agora dignificar a celebração do 25 de Abril em quarenta anos de democracia, mereciam uma melhor, uma maior forma de serem celebrados. Portanto aquilo que faltou foi precisamente isso, uma melhor forma de ser celebrado. Por isso quando se diz que se devia convocar os membros desta Assembleia, que é a casa da democracia para uma celebração condigna do 25 de Abril, é isso que faltou. Foi isso que falhou que também pode ser da responsabilidade do senhor presidente da Assembleia Municipal, porque é ele o responsável por esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

casa. Por outro lado, quando se diz que a celebração é popular, se é popular deviam colocar o povo a hastear as bandeiras. Para ser popular era assim que se devia fazer a celebração do 25 de Abril. Não vejo como é que é popular e depois há uma institucionalização no hastear das bandeiras, que eu até acho bem, não estou a pôr em causa isso. Só que há aqui mais uma vez uma incongruência na forma como se apresentam as situações. É que é muito mais interessante e a Câmara Municipal dispõe de meios e de verbas para fazer convites para alguns lançamentos de livros ou outros acontecimentos de muito menos importância, e para o 25 de Abril, parece que para esta Câmara Municipal, para Lousada e para o Presidente da Assembleia Municipal isto não é tão importante. A parte institucional e protocolar é fundamental que seja respeitada nesta Assembleia. Subsídios escolares. Eu não me escondo atrás de ninguém. A intervenção feita pela coligação “Lousada Viva” também me compromete. Eu falei em devido tempo, em devida altura com o senhor vereador responsável pela educação relativamente a esta situação. Já foi falado no passado dizendo que era muito mais importante e muito mais fácil, inclusivamente para as famílias que os subsídios fossem feitos por transferência bancária, inclusivamente eu sei que há instituições bancárias com que a Câmara trabalha, que disponibilizam emissão dos cheques de forma gratuita. E por que não é feito dessa maneira? E se há como diz o senhor professor Vilar uma intenção de não prejudicar as pessoas para que não percam um dia de trabalho então porque não põem os presidentes de Junta a receber o dinheiro dos passes e também são passes sociais? Porque as pessoas para pagar os passes têm de perder um dia de trabalho para ir à Câmara e já agora porque não também a água e já agora porque não também as taxas? E os senhores presidentes de Junta ficam na Junta durante a noite para servirem as populações. Eu acho muito bem, é um bom caminho. Reparem, não tem lógica, meus amigos. De uma vez por todas e sobre tudo quando a Câmara aderiu ao simplex, sejam efetivos na forma de resolver os problemas e de servir as populações, com tanta facilidade. Hoje toda a gente tem de fazer o IRS, quase de uma forma global pela internet, hoje toda a gente de uma maneira ou de outra, tem de ter uma conta bancária. Não venham com essas desculpas e quando não há conta bancária, há cheques, agora o que não há é planeamento, quando preenchem os subsídios que ponham lá forma como querem receber o dinheiro, por cheque ou por transferência bancária. E de uma forma muito clara, porque o cheque pode ser passado ao portador e as pessoas podem endossar o cheque a quem quiserem ou levantá-lo em qualquer instituição bancária. Não querem é fazer, ou melhor, é outra questão. Relativamente aos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

protocolos. Senhor presidente da Câmara, eu acho e já lhe disse pessoalmente que o senhor esteve bem em reunir com os senhores presidentes de Junta, mas diga a verdade como é que as coisas aconteceram, não lhe fica nada mal, efetivamente nós recebemos um e-mail com os protocolos, foi por minha iniciativa, que eu mandei um e-mail para o senhor presidente, reunimos com os presidentes de Junta da coligação “Lousada Viva”. E reparem, eu mando um e-mail à meia-noite e está aqui o chefe de gabinete do senhor presidente que sabe muito bem que às onze horas já me estava a responder. Que eficiência. Efetivamente emendaram a mão e fizeram muito bem, mas reconheçam, não custa nada, eu quando erro também reconheço, ou seja quando vou por mau caminho também reconheço, não custa nada, fica-nos bem a todos. Mais, o senhor presidente não venha dizer que só recebeu da ANMP instruções naquela altura. Eu em outubro fui a uma ação de formação com o secretário de estado, Leitão Amaro, no Porto, sobre as transferências de compromissos. Há Câmaras Municipais que em dezembro do ano passado tinham toda esta situação resolvida, se a tinham resolvida em dezembro, porque é que nós estamos em maio e ainda temos isto por negociar? Mais, a lei ainda diz outra coisa, é que devia ser criada uma comissão para estudar qual a forma de transmissão das competências e o seu envelope financeiro, inclusivamente de pessoal, onde é que está essa comissão? Não existe, não é preciso ser remunerada, senhor Santos. Era preciso é que houvesse capacidade para perceber o que é que a lei diz e resolver os problemas em conformidade com a lei. E é isso que eu espero que ainda venha a acontecer, e tenho uma coisa certa, sei que o senhor presidente da Câmara, está neste processo com todo o empenho em resolver o problema, e portanto eu dou-lhe esse benefício, e espero que seja resolvido corretamente. Agora este procedimento já podia ter acontecido, já passaram cento e oitenta dias que a própria lei diz, há tanto tempo, quando nós nas Juntas de Freguesia não sabemos como é que podemos resolver os problemas. Já estamos a fazer trabalho que diz respeito a esta delegação de competências e não sabemos ainda com que linhas nos vamos coser. Era uma questão de trabalhar corretamente há mais tempo, mas pronto, ainda vamos a tempo, longos dias têm cem anos, e eu espero que as coisas corram daqui para frente. Agora um bocadinho de justiça na forma como as coisas aconteceram, acho que fica bem a todos.» -----

----- Intervenção do Sr. Jorge Peixoto do Grupo Municipal “Lousada Viva”
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Excelentíssima senhora presidente da Assembleia, excelentíssimo senhor presidente da Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Municipal, excelentíssimos senhores vereadores, excelentíssimos senhores deputados, membros da comunicação social, meus senhores e minhas senhoras. Senhor presidente da Câmara, Dr. Pedro Machado, gostaria de o questionar sobre diversas situações que ocorrem na União de Freguesia de Figueiras e Covas. Na Rua da Boavista, para quando a resolução dos problemas de acesso a moradias provocados pela colocação da rede de saneamento? Para quando a recolocação do pavimento em parte da Travessa da Nossa Senhora da Misericórdia, também relacionados com a rede de saneamento? E na Rua do Coração de Jesus perto do “Pátio do Cavaleiro”? Se a reposição de pavimento por causa da rede de saneamento é feita pela Câmara e da sua responsabilidade, porque não são reparados outros buracos existentes na mesma rua e a centímetros dos da abertura de saneamento? Será que o município de Lousada para esta Câmara é só a vila e zonas limítrofes ou é toda a área do concelho? Senhor presidente da Câmara, permita-me que lhe relembre um outro problema que está a prejudicar a freguesia de Figueiras e particularmente uma grande empresa deste concelho. Digo, relembre porque sei que conhece muito bem o caso, lamento é que tenha feito muito pouco para o solucionar. Estamos a falar da Rua 25 de Abril em Figueiras, há mais de quatro meses que está cortada ao trânsito, como bem sabe, aquela estrada é fundamental para o funcionamento de uma grande empresa que tem dezenas de funcionários. Devido à inoperância da Câmara Municipal de Lousada particularmente do senhor presidente e do senhor vereador das obras públicas, aquela empresa já teve prejuízos de centenas de milhares de euros e estão em causa mais de quarenta postos de trabalho. Há muito que o senhor presidente da Câmara devia ter agido, devia ter notificado a Ascendi e IEP para essas fazerem as obras. No caso de resposta negativa ou de ausência de resposta, a Câmara devia ter avançado com obras e depois em tribunal decidir-se-ia quem as teria de pagar. E só assim, senhor presidente de Câmara estaria a defender os interesses de Lousada e dos lousadenses. Mas não, o senhor presidente de Câmara, preferiu perder o seu tempo em reuniões e mais conversações. Como na vida há tempo para analisar e outro tempo para agir, o senhor começou a agir tarde de mais. Começou a agir depois de quatro meses mais precisamente no dia dez de abril. A Câmara iniciou a construção de uma pequena ponte, começou e imediatamente parou, pois a obra inexplicadamente esteve parada até hoje. Senhor presidente, o que se tem passado nos últimos quatro meses na Rua 25 de Abril em Figueiras é inadmissível. O que tem a dizer de plausível sobre estas situações e quando a Câmara pretende resolvê-las?» -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhora deputada para quem sabe de tão antemão que afinal a portaria que está em vigor não vai ser tanto assim. A senhora deputada hoje já se poderia ter atualizado relativamente àquilo que já se fez na escola de Meinedo ou que pelo menos já está programado acontecer. É apenas um reparo, porque se tem conhecimento de antemão de coisas que se passam lá em baixo na Assembleia da República e nos corredores dos ministérios, certamente e mais facilmente o repararia aqui em Meinedo, mas melhor do que eu certamente os senhores vereadores saberão responder a isso. Meu caro presidente da Junta de Freguesia de Silvares, desde logo para explicar aqui, que eu tenho um *hobby* que é o micronacionalismo e muito recentemente nasceu o reino de Alvarenga. Como é óbvio isso não quer dizer que não corresponda àquilo que é a real vontade da população, que é a de não estar ligada com Silvares, e o mesmo acontece com Nogueira e com Pias, que não têm vontade nenhuma, não votaram neste presidente, e não tem vontade nenhuma de estarem ligadas a Silvares, mas isso lá está, é um *fait divers*, que não tem nada a ver para aqui. Mas eu vou voltar à questão do *fait divers*, porque eu estranho de facto, e estou a ver aqui o Dr. Carlos que é um médico, e acho que até teria alguma importância o seu contributo nesta Assembleia para nos esclarecer relativamente a esta questão. O que estava a dizer é que o seu contributo seria muito tido em conta e seria muito necessário, mas já disse tudo e ainda bem. Mas relativamente à questão do *fait divers*, cumpre-me dizer uma coisa, senhor presidente sabe que nem toda a gente procura o que é bom e melhor, é que quem não tem dinheiro, não tem capacidade de ir ao que é melhor, isso aí é o que diz a gente que tem capacidade para pagar. Eu queria que o senhor dissesse á sua população que é recolhida diariamente para ir às consultas, o que veio dizer aqui. Isto não é nenhum *fait divers* senhor presidente. Isto é um problema real da população lousadense, de um hospital e de um centro hospitalar que quer o senhor queira, quer não, e já está a portaria aprovada vai de certeza perder valências. Porque vai acontecer o mesmo que com as portagens na autoestrada, nós já sabemos disso, e vai acontecer se calhar o mesmo que com as uniões de freguesias. Isso não quer dizer que nós não lutemos contra isso. Mas o senhor é um derrotado à partida, quer o senhor quer o resto da sua bancada ou pelo menos alguns dos membros da sua bancada, não foram todos, tiveram o desprazo de se abster nesta questão, que eu espero que seja uma coisa que faça correr muita tinta em Lousada. Que é para os senhores justificarem o porquê de votarem contra a população. Mas eu digo-lhe mais, senhor deputado, para mim no Regimento, dezoito é igual a dezoito, não é dezoito é maior que dezassete.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

O senhor deputado está equivocado, a partir do momento que o membro independente pediu a sua agregação ao grupo parlamentar do partido socialista, dezoito é igual a dezoito. O senhor está no passado, está aqui há uns meses, por isso é que está a fazer mal as contas. É deixar isto bem claro, porque parece que estamos aqui na primeira sessão. E deixe-me dizer-lhe outra coisa, este assunto do 25 de Abril, para quem já cá está há algum tempo é um assunto recorrente. Todos os anos falamos disto e são sempre os senhores que vêm aqui lamentar-se que não foram convidados a aparecer. Mas todos os anos eu volto a dizer a mesma coisa, é como aquela parábola de Jesus que dizia: é pá estás aí sentado atrás anda para a frente. Mas vocês não, vocês querem é ir para a frente, querem receber convites todos emoldurados. Se faz para o livro faz também para o 25 de Abril. Porquê? Não percebo porquê, toda a gente aqui presente vai à cerimónia do 25 de Abril, seja aqui, seja num desfile em Lisboa. As pessoas que vão ao desfile a Lisboa recebem convite? Acho que não. Os senhores representantes da direita em Lousada, por que é que não comparecem? Precisam de convites, o problema é que todos os anos é isto, e não vai haver convites. Acreditem, no que de mim depender vocês nunca serão convidados, da mesma maneira que nós também não fomos convidados e não viemos para aqui lamentar e chorar. O senhor presidente da Câmara se assim o decidir ou o senhor presidente da Assembleia Municipal, que enviem um convite aos deputados da Coligação “Lousada Viva” porque se não eles ficam muito ofendidos e isto é um problema. Por último, o senhor presidente é presidente de uma união de freguesias onde colheu a maioria dos votos, não em todas as freguesias, tenho sérias e fundadas dúvidas que, mesmo agora, pudesse obter em Alvarenga, Pias e Nogueira representatividade. No entanto o que eu tenho para lhe dizer é o seguinte, sem questionar as eleições como é óbvio, alguma vez ouviu o povo da sua freguesia, da união das suas freguesias, sobre o que é que eles achavam da atitude que o senhor teve ao recusar entregar os subsídios. Eu gostava de saber o que é que eles dizem. Eu não ouvi nada de bom. Vir para aqui dizer que a lei não atribui competências, é uma defesa de fracos. Vou-lhe dizer porquê, o senhor é presidente a tempo inteiro, tem uma quantidade enorme de população nas suas freguesias, tem pessoas carenciadas e pessoas que usufruíam desse serviço há muito tempo. E o senhor foi o único presidente em todo o concelho que se recusou a continuar a prestar esse serviço, ou o segundo, não sabia que Macieira também se tinha recusado. Sinceramente aquilo que o senhor fez está errado e eu vou-lhe dizer porquê, o senhor presidente da Câmara já há bocado disse, já respondeu, e o senhor sabe disso. Em Alvarenga não há multibanco, as pessoas não trabalham com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

banking, sabe disso. As pessoas, muitas delas e o senhor já deve ter visto nem sequer a camioneta da carreira apanham, vêm a pé para a Câmara e para o centro da vila. Quem são essas pessoas? É o comum cidadão de classe média que tem o carrinho para andar ou são os outros? O senhor ficou mal na fotografia ao não contribuir para ajudar a que meia dúzias de pessoas ou uma franja mais desprotegida da sociedade destas freguesias pudesse usufruir de um serviço público que esta freguesia podia perfeitamente prestar. Eu já percebi, o senhor foi recolher essa ideia àquela economista muito reputada, que veio para aí defender que os ordenados deviam ser todos pagos mediante transferências e sempre que se gastasse devia-se cobrar, essas coisas todas. Isto é tudo muito modernice, mas o velhinhos da minha terra têm de pedir à malta nova para lhe submeter o IRS. E agora, há uma novidade, é que a malta nova da minha terra anda a submeter os IRS dos velhinhos às quatro da manhã, porque o sistema bloqueou. Isto é tudo modernices mas no que toca a prestar um serviço a meia dúzia de pessoas, “aqui d’el rei” que eu não, eu sou presidente a tempo inteiro, mas a minha Junta de Freguesia não faz isso. Senhor presidente, as ações e as atitudes ficam com cada um, e como é óbvio, as ações e as atitudes têm consequências políticas, e como é óbvio irão ser retiradas, a breve trecho. Relativamente à questão das transferências das competências, eu penso que essa questão será esclarecida pelo senhor presidente da Câmara. No entanto eu confesso que não estou por dentro da matéria de todo e portanto não falo daquilo que não sei. Mas aquilo que eu ouvi aqui há pouco a dizerem. Ainda bem, por isso é que temos cá pessoas instruídas em cada área de atividade, e por isso é que eu se calhar falo do Regimento e da interpretação da lei e não falo da operação ao umbigo. A questão aqui é, eu ouvi falar aqui que as transferências deviam ser no primeiro semestre. E o primeiro semestre ainda não acabou. Penso que ainda há tempo para tratar das questões.» -----

----- Intervenção da Sr^a. Sandra Silva do Grupo Municipal “Lousada Viva”
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Eu confesso que o senhor deputado Dr. João Correia, é uma pessoa que me faz um bocadinho divertir, no meio deste órgão de soberania tão sério. Senhor deputado deixe-me lhe dizer uma coisa: mas você acha que, quer eu, quer todos os deputados da coligação “Lousada Viva” não estão preocupados com o possível encerramento do Hospital Tâmega e Sousa? É fácil e eu vou-lhe explicar porquê. O senhor deputado, se estiver atento à portaria que saiu, diz que o hospital foi enquadrado num grupo um, em que diz que tem entre setenta e cinco mil a quinhentos mil utentes, acontece, como o Dr. Campos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

fazerem. Não comprometendo financeiramente as Juntas e não fazendo incumprimentos ao POCAL, primeira situação. Relativamente à atual, o senhor vereador da cultura não me contactou este ano, não fui ouvido, daí digo que, não fui convidado.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Eu só vou retificar e para que não fique no ar, aquilo que foram as declarações do senhor Santos na primeira Assembleia: “O grupo Municipal do Partido Socialista aprova integralmente o Regimento conforme nos foi remetido. Por força do membro independente ter solicitado a adesão ao grupo municipal do partido socialista, posteriormente, parece-nos ter de ser alterados os artigos referentes aos tempos de intervenção”, ou seja, há aqui uma declaração a dizer que “parece-nos ter de ser alterados”. E têm que ser alterados, a partir do momento que não há um grupo parlamentar, não sei para que está lá. Se a lei atribui um tempo a dividir pelos grupos parlamentares, esse tempo tem de ser esgotado pelos grupos parlamentares existentes. Peço desculpa, vai-se inventar um grupo parlamentar e deixa-se lá dez minutos, quinze minutos porque interessa deixar lá, não pode ser. Reconheçam isso, não custava nada fazer uma alteração ao Regimento, tão simples como isso. Segunda questão, senhor João, eu como diz o meu colega de Macieira, não estou contra as populações, o que eu acho que é importante neste concelho, é que alguém tome a iniciativa de pôr as coisas no seu devido lugar. Efetivamente o meu colega e muito bem, de Macieira, há quatro anos já o fez e eu segui-lhe o exemplo nesse sentido, não é porque não estou a defender o interesse das populações, das freguesias que represento, é porque há determinado tipo de comportamentos, de atitudes da Câmara Municipal, da forma como gere certas situações com os presidentes de Junta que estão completamente incorretas. É preciso que alguém tome a iniciativa, e eu estou aqui para assumir os custos políticos dessa iniciativa, nunca virei costas a isso. Agora de uma vez por todas sejamos corretos. E volto a referir, estão preocupados com os subsídios escolares e não estão preocupados com os passes. Por que não faz uma descentralização dos funcionários nas Juntas de Freguesia para servir no horário pós-laboral. É uma boa iniciativa, a minha Junta está disponível para ter um funcionário da Câmara Municipal a recolher os passes escolares em horário pós-laboral? Assim é que se defende o interesse das populações, a distribuir os subsídios e a recolher as receitas da água. As pessoas também vão lá pagar a água e também têm de perder o tempo, porque as pessoas que lá vão pagar a água também não têm conta bancária, também têm de pagar em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

dinheiro. Por amor de Deus sejamos sérios senhores deputados.» -----

----- Intervenção do Sr. Nelson Oliveira do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Relativamente à reforma hospitalar, o que os senhores da Coligação “Lousada Viva” dizem é, confiem no governo, porque são os bons samaritanos, que vão dar conta sozinhos do erro que cometeram para com o Centro Hospitalar Tâmega e Sousa, e nós não precisamos de fazer nada para que essa correção seja feita. Vendo pelas notícias de hoje, eu vi o primeiro-ministro Passos Coelho, vi o ministro da economia, não vamos aumentar os impostos, aliás, vamos descer... por aí estamos esclarecidos, da boa vontade e da seriedade destas posições. Portanto e mais uma vez adianto por aquilo que foi dito ontem na Comunidade Intermunicipal à qual vocês faltaram, que o próprio presidente da Intermunicipal, distinto militante do partido social democrata, Dr. Alberto Santos disse façam a Moção. A Moção, está aqui o senhor Ferro e pode comprovar, esteve para não ser feita naquela data porque havia divergências entre mim e o líder da bancada do PSD da Intermunicipal, penso que é o líder da Assembleia Municipal de Amarante, e os trabalhos continuaram, prescindiram de nós os dois, fomos para uma sala e acertamos as coisas. Não estamos aqui para fazer aproveitamento político. Aquilo tem que ser apresentado num prazo de trinta dias a partir do momento que a portaria foi lançada. E só aí, o Dr. Alberto Santos disse, protestem, façam alguma coisa. E mais, o próprio elemento de Amarante disse pessoalmente, não digo as palavras que ele disse porque são demasiado ofensivas, eu já negocieei com estes tipos, foi assim do género, e só podemos ir lá pelos dados, os tais quinhentos mil que nós dizemos que são mais, mas o que eles vão fazer é o contrário, é tentar mascarar uma freguesia. Por exemplo Lustosa não é abrangida pelo Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa. Não fui eu que disse, foram os vossos elementos, percebam isso. Foram elementos do PSD, bem informados, eu não sabia disso. Vamos mascarar imaginemos Lustosa, depois uma freguesia de Resende, outra de Cinfães, etc. e chegamos ali aos quinhentos mil. Não fui eu que disse nada disso, consultem as atas da CIM e vejam. Eu estou a passar uma informação que me foi dada, penso eu, por altos dirigentes do partido social democrata. Nós estamos a tentar concertar, houve essa concertação em Paredes, em Penafiel, na própria CIM entre todos os presidentes de Câmara e não houve aqui, é essa a questão. Se calhar há pessoas que estão mais importados em defender o governo e as pessoas que lá têm a representar, do que, defender os interesses da população. Nós aqui, seja o PS, O PSD que esteja no governo, nós estamos com os lousadenses. E já agora tinha aqui outro assunto. Relativamente ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Regimento porque ouvi aqui a palavra e às vezes usa-se isto de forma arbitrária, falar em antidemocrático, na última Assembleia foi gestão danosa, eu não percebo nada de direito mas a afirmação não foi muito feliz, porque quem fala em gestão danosa tem que aqui provar o que é que está a dizer, e já vamos ver com as contas que não há gestão danosa nenhuma, pelo contrário. O Regimento não foi votado aqui? Não houve democracia? E por que é que o PSD, se tem tanto peso nesta Assembleia, por que é que o Regimento não foi votado contra? Não foi o PS que ganhou as eleições? Eu sei que vocês tentam esquecer o dia vinte e nove de setembro de dois mil e treze, em que o partido socialista ganhou as eleições para a Câmara Municipal e para a Assembleia Municipal. Agora, não há maior democracia do que a votação? Não foi votado? Usar estes termos antidemocráticos parece-me a mim, demasiado forte, saem da boca para fora, mas há que ter um pouco de consciência ao falar em questões antidemocráticas.» -----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Vamos lá esclarecer o seguinte, vou-me repetir em relação ao que disse agora o Nelson sobre o Regimento. O Regimento não se pode sobrepor à lei, a lei diz que tem de ser aprovado na Assembleia Municipal. O Regimento foi aprovado por maioria na Assembleia Municipal. Onde é que está a falta de democracia? Não estará na não aceitação pela coligação da decisão tomada? Segundo ponto, o Centro Hospitalar do Vale do Sousa. O que é importante é que fique registado o seguinte, e quero esclarecer que há o perigo de facto de o Centro Hospitalar perder valências, porque como já se disse aqui, é intenção da ARS, e foi dito por um dirigente do Vale do Sousa, quase que me apetecia dizer o nome, mas vocês poderão saber perguntando a todos os vossos colegas da Intermunicipal que estiveram lá, claro que não podem perguntar aos vossos representantes que não estiveram lá, e saberão o que é que se passou. O perigo é que de facto, está dito isso na lei, que a ARS pode redistribuir as populações pelos diferentes centros hospitalares. E foi dito por esse vosso colega que já foi um presidente da Câmara do Vale do Sousa, que de facto a ARS tenciona retirar, ou freguesias, ou direi eu, Paredes já pertence à Comunidade Intermunicipal do Porto não é, não me lembro como se chama, não custa nada retirarem-na da área do Centro Hospitalar do Vale do Sousa. E o centro hospitalar com essa medida ficará com menos de quinhentos mil habitantes e estará enquadrado no grupo um. E aí não há nada a fazer. O que é importante registar é o seguinte: é que se o Centro Hospitalar do Vale do Sousa perder valências, nomeadamente a maternidade, ficaremos a saber que o grupo municipal do Partido Socialista de Lousada tentou fazer todos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

os possíveis para que isso não acontecesse, e também ficamos a saber que pelo seu voto, abstendo-se, o grupo municipal da coligação “Lousada Viva” PSD-CDS, disse que não se importa que isso venha a acontecer. Sobre o 25 de Abril e os convites. Se não se importam vou-lhes dirigir um convite. Já que estão tão ansiosos por convites. Eu faço-lhes este convite para que lutem pelas conquistas do 25 de Abril, nomeadamente o serviço nacional de saúde, não sejam anuladas.» -----

---- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Parece que há dois presidentes de Junta que são os inteligentes e os outros são os sacrificados porque continuam a favorecer a sua população. Eu sei o que é que disse, vou reformular, há um presidente de Junta que é inteligente e os outros que são os sacrificados. Eu não estou a ofender, não foi convidado, retifico aquilo que disse, não foi convidado. Senhor presidente da Junta de Freguesia de Silvares mais as outras todas, mais uma vez reitero, da mesma maneira que hoje veio aqui falar de um problema que não tinha trazido aqui antes, que era a Misericórdia de Lousada, veio aqui colocar-se à disposição para outras competências e outras valências que a sua Junta de Freguesia pode assumir. Eu gostaria de saber se já as apresentou na forma devida, eu não tenho conhecimento disso. As pessoas vêm aqui, eu falo, as pessoas riem-se, o problema é que quando a senhora deputada vem aqui, as pessoas choram. E eu vou-lhe explicar porquê. É que a senhora deputada não deve ir há muito tempo ao Centro Hospitalar do Vale do Sousa, eu no outro dia estive lá com a minha mãe e esperamos sete horas por uma consulta de urgência, há aqui qualquer coisa que eu não estou a perceber, é que sete horas depois... até um ben-u-ron já tirava o cancro, quase, percebe. Sete horas de espera. A senhora deputada veio aqui e disse uma coisa que é verdadeira, e isso a mim faz-me chorar, é que de facto nós andamos a retirar valências à unidade hospitalar que nos rege, andamos a tentar encolher os números, não há médicos para algumas valências. Por que é que no outro dia apareceu na comunicação social um jovem que teve um acidente ali em cima em Chaves e teve que ir lá para baixo para Lisboa. Os hospitais estavam todos vazios e com camas à disposição? Não foi, e a senhora Dr^a sabe disso, melhor do que eu. E isso é que não é motivo de contentamento, certamente, que aquela unidade de saúde que nos serve a todos e para alguns é um *fait divers* está a abarrotar e não tem especialidades e que nos serve mal. E mais uma coisa senhora Dr^a que anda tão bem informada, pergunte lá á pessoa que manda nos centros de saúde, pergunte lá qual foi o papel da Câmara de Lousada em todo esse processo. Porque a senhora não veio aqui dizer qual foi. Pergunte-lhe, pode



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ser que alguém lhe confidencie. E por último, deixe-me só fazer-lhe um reparo, porque aí também tive vontade de chorar, com ranho e tudo à mistura. Empresa a servir refeições na escola. Isso é o que a malta de direita quer. Porque se come melhor com essas empresas que andam aí a fazer catering. Tudo que é serviços públicos, tudo que são funcionários da Câmara, não presta para nada, então vamos meter uma empresa a servir refeições, esses senhores é que são bons. Foi aquilo que aqui foi dito, falou-se de uma empresa de catering a fazer lá as refeições. Que eu saiba a escola tem pessoas qualificadas para fazerem as refeições, qual é a necessidade de chamar aqui empresas privadas para o fazerem, não percebo.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Começando pela intervenção do deputado João Carvalho e relativamente à comissão de acompanhamento. Queria só dar nota que não me compete a mim criar a comissão de acompanhamento. Não compete ao presidente de Câmara criar a comissão. As comissões municipais são de iniciativa da própria Assembleia. Eu já falei com os senhores vereadores, no sentido de falarmos com os grupos municipais, para tratarem desse assunto, porque entendo que esta comissão em particular é muito útil, ao longo dos dois últimos mandatos tive o privilégio de participar nas diversas reuniões que esta comissão fez de acompanhamento aos dois aterros, e julgo que é um trabalho importante para se manter. Mas há outras comissões que funcionaram nos anteriores mandatos, eu julgo que tem que haver aqui uma abordagem global, entendo que era mais proveitoso haver uma proposta conjunta de todas as comissões que esta Assembleia entenda criar, julgo que devíamos trabalhar nesse sentido para que na próxima Assembleia seja apresentada essa proposta. Depois relativamente à intervenção da Dr.^a Sandra Silva. A Dr.^a pintou aqui um quadro muito negro, basicamente é aquilo que nos fizeram chegar à Câmara através do e-mail. E eu naturalmente quando tive conhecimento do teor do e-mail fiquei preocupado, falei com o senhor vereador, que entretanto também já tinha avaliado a situação juntamente com os serviços. E tive o cuidado de na quinta-feira, ao fim da tarde passar na própria escola para me inteirar da realidade em questão. O que constatei, não foi quase nada daquilo que constava no dito e-mail e constou da sua intervenção. É óbvio que estas situações provisórias nunca são as ideais temos noção disso, e ter aulas num contentor seguramente que não é o ideal, e ainda por cima num espaço que não estava preparado com as condições ideais para o efeito. É evidente que tivemos que improvisar e tivemos que o fazer, e queria começar pelo fim, dando-lhe a resposta a uma das últimas questões que colocou: se não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

seria mais sensato esperar pelo fim do ano letivo? Eu já o disse aqui mais que uma vez, e vou voltar a fazê-lo. Este processo dos centros escolares esteve parado mais de dois anos, porque como sabem, foi o prazo que as candidaturas aos fundos comunitários estiveram suspensas pelo atual governo. Temeu-se inclusivamente a possibilidade de ser inviável concretizar estes projetos, felizmente há relativamente pouco tempo as candidaturas acabaram por ser aprovadas e nós reatamos todo o processo. Como devem calcular ao fim de dois anos entretanto houve empreiteiros que tinham falido, houve necessidade de conformar todo o processo do ponto de vista da burocracia e das formalidades para recolher os vistos do tribunal de contas, para então ter a possibilidade de arrancar. E temos aqui um problema muito grande que eu julgo que está controlado, ainda hoje estive na Comissão de Coordenação a tratar especificamente deste problema, que tem que ver com o *timing* para conclusão da obra e da própria execução financeira da candidatura, porque a data limite que nós temos para ter todas as obras concluídas, os sete centros escolares e a própria execução financeira, é trinta de junho de dois mil e quinze. E assim sendo todos os dias são importantes, as obras arrancaram de repente e com o todo o gás. E por isso, é esta a resposta para a questão do porquê não esperar pelo final do ano letivo. Quem me dera a mim, não era esperar pelo final do ano letivo, era ter aquele centro escolar pronto e os outros seis. E podiam de facto estar prontos, não fosse esta decisão irresponsável, considero eu, de ter suspenso este processo. Depois, já agora também, não seria mais sensato entregar a uma empresa? Enfim o João já respondeu um pouco a isso. Eu julgo que sem querer demonstrar aqui de uma forma inequívoca aquilo que nos separa em termos ideológicos, nós defendemos a administração direta e vocês agora também já vão dizendo que também defendem, porque de facto perante as evidências ficaram porventura rendidos. E nós defendemos também a confeção da alimentação nas escolas, porque entendemos que isso tem muitas vantagens, por um lado propicia emprego, que é cada vez mais importante ter emprego aqui no concelho. Porque como sabem essas empresas de catering tanto podem ser do Porto como de Aveiro como de Lisboa, o que interessa é o preço, e depois relativamente à qualidade, estamos conversados. Aliás dizia-me aqui o senhor vereador há pouquinho que um dos pedidos que a comissão de pais de Cristelos lhe fez, porque Cristelos também tem uma situação do género, houve a necessidade também de acomodar provisoriamente os alunos em instalações provisórias, em contentores, e o pedido que os pais fizeram é que de facto mantivessem a mesma alimentação confeccionada pela escola, porque têm consciência de que tem muito mais qualidade. O



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

que eu posso dizer é que relativamente ao espaço coberto, os próprios contentores, têm qualidade, qualidade que é reconhecida pelas próprias professoras com quem tive a oportunidade de falar, reconhecem que estão mais bem acomodadas agora do que estavam na escola. Como sabem a escola estava com condições muito precárias. E portanto nesse ponto de vista estão bem instaladas, têm ar condicionado, as salas são ótimas, com muito espaço. O próprio refeitório tem dimensão suficiente, consegue servir todas as refeições em três turnos, aliás o que acontecia precisamente na escola do Corgo. Não percebo que história é essa das crianças se cruzarem com tachos e panelas, é normal, se servem refeições é normal que se cruzem com tachos e panelas. Sendo certo que para acomodar melhor o transporte de uma escola para a outra, estamos a tratar de melhorar esse processo. Depois há de facto ali, foi isso que me preocupou mais e foi por isso que eu quis ir ao local, porque de quarta para quinta choveu bastante e eu depois de ler o e-mail fiquei preocupado, porque aquilo era um terreno, que era de campo de cultivo e naturalmente tendo havido ali movimentação de terras, criamos três plataformas, fiquei preocupado que aquilo estivesse enlameado, não estava. Aquilo que referiu não é verdade, não há regos, havia um ou dois pontos em que acumulava alguma água, que entretanto melhoramos, tivemos lá uma equipa permanente, todos os dias a ir tratando das situações. A única questão ali que faltava resolver e que vamos resolver nos próximos dias, é a questão da área coberta fora dos contentores, de facto é conveniente ter ali um espaço coberto para quando chove ou está muito sol, os meninos tenham um espaço abrigado para poderem estar no recreio de uma forma mais confortável. Havia uma outra situação que era de facto a terra mexida dos taludes, que não constitui perigo, constituiu sim, um motivo para eles se sujarem. Há, julgo eu, pedagogos que defendem que os meninos até devem brincar com a terra e se sujarem mas eu também sou pai e não gosto de ver os meus filhos sujos, percebo isso e o que nós fizemos foi vedar aquela zona dos taludes para que os meninos não avançassem e não comesçassem ali a brincar. Mas são questões dessa ordem, não está em causa, nem nunca estive a questão do bem-estar e da segurança das crianças. Há de facto alguns incómodos que estamos a tentar resolver mas nada que mereça preocupação de quem quer que seja e sobretudo dos pais. O piso, não é um piso em terra, é um piso que entretanto levou *tout-venant*, foi devidamente prensado e está em perfeitas condições. Relativamente à questão das ginásticas, que não foram asseguradas as condições para a ginástica. Nós quando ponderamos as diversas localizações, inclinamos um pouco para aquele local, justamente porque era ao lado de um pavilhão gimnodesportivo. Infelizmente ainda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

não conseguimos o acordo da Junta para utilizar aquele gimnodesportivo que como sabe foi financiado quase por inteiro pela Câmara Municipal. Mas acredito que nos próximos dias esse problema esteja resolvido. Depois relativamente à intervenção do senhor presidente da União de Freguesias de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga, queria-lhe dar nota que não comungo do seu otimismo relativamente á questão da saúde. Porque essa garantia de que todo os utentes ficam cobertos com médico de família no nosso concelho, também me foi dada a mim numa determinada reunião, em que estiveram presentes técnicos da ARS e o presidente da ACER's a que Lousada pertence, onde de facto nos foi dado essa garantia, mas ao outro dia fomos surpreendidos com o aviso que foi afixado na extensão de saúde de Lustosa, a sugerir aos utentes que não tinham médico de família que se viessem inscrever ao Centro de Saúde de Lousada. E eu considerei isso de alguma gravidade, porque não me interessa que se cumpra o rácio e que tenhamos médicos suficientes para dar cobertura em abstrato a todos os lousadenses, isso para mim não me satisfaz. O que me interessa é garantir que todos os lousadenses tenham acesso á saúde nos locais onde essa oferta existe, Meinedo, em Caíde, aqui e naturalmente em Lustosa, para não ser mais ambicioso, porque sabemos que fazia todo o sentido alargar ainda mais o âmbito territorial nesta área. Sentimos que havia aqui o perigo de esvaziar as instalações de Lustosa e toda aquela população teria que passar a vir aqui para Lousada para beneficiar desses cuidados de saúde. E por isso repito, não comungo desse otimismo, enquanto não tiver a garantia da ARS de que aquele protocolo que foi celebrado com a Câmara Municipal e o anterior governo, em que esteve aqui o senhor Secretário de Estado da Saúde, não sei se estão recordados no dia da inauguração das instalações de Meinedo, anteriormente estivemos em Lustosa e assinamos um protocolo que permite a utilização da Escola de Bouça Cova que ficou desativada com a construção do centro escolar para aí ser instalado o novo Centro de Saúde de Lustosa, infelizmente até hoje, não há nada de novo, pese embora o esforço que a Câmara e a Junta de Freguesia têm feito para resolver o problema. Mas eu não queria adiantar muito mais sobre esta matéria, estamos trabalhar neste dossiê, quer a Câmara, quer a Junta de Freguesia, adiante, quando houver novidades, eu transmito a esta Assembleia. Relativamente aos convites para o 25 de Abril. Desculpem mas acho que já demos todos bastante para este peditório. Quanto à questão dos protocolos o senhor presidente referiu aqui, “diga a verdade, como as coisas aconteceram”. Senhor presidente, se há característica que me identifica é dizer a verdade, pelo menos tenho essa convicção, de que as pessoas têm essa convicção e tanto assim é que acabaram por me dar esse voto de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

confiança. Presumo que ficou um pouco incomodado, por eu não ter dito que o senhor teve a iniciativa de propor uma reunião conjunta com todos os presidentes de Junta. Eu nunca neguei que o senhor de facto mandou o e-mail. Agora uma coisa lhe posso garantir, se o senhor não tivesse mandado o e-mail, a reunião ia ser feita na mesma, porque é um assunto de extrema importância que devia ser articulado com todos em conjunto e não individualmente, uma vez que tinha de haver um protocolo comum a todos, fazia todo o sentido que a discussão fosse conjunta. Nem sabia desse pormenor, de o Nelson passado umas horas ter remetido esse convite, mas neste caso em particular, isso não foi sinal de eficiência, isso foi sinal de coincidência, porque já tínhamos falado sobre essa possibilidade e essa necessidade. Depois referiu que muitas outras Câmaras já tinham o problema resolvido e que inclusivamente tinha estado numa reunião com o senhor Secretário de Estado, Dr. Leitão Amaro onde foram dadas pistas sobre o assunto. É provável que sim, muita discussão havia. Agora a minutas apareceram só em Coimbra naquela reunião da ANMP, mas isso aí lhe garanto. Houve Câmaras que foram avançando com muitas dúvidas, é evidente que houve Câmaras que avançaram com protocolos, mas com muitas dúvidas, porque a própria lei tem lá algumas aberrações do ponto de vista jurídico. Relativamente à intervenção do Sr. Jorge Peixoto. Eu tomei nota das situações que referenciou, das vias públicas que carecem de repavimentação por força das obras de saneamento. Tomei nota e vou-me inteirar do assunto. E queria dar-lhe nota de que este tipo de discurso, de que a Câmara só se preocupa com a Vila, não vale a pena ir por aí, isso é demagogia, foi um discurso que foi utilizado muito na campanha eleitoral e no anterior mandato, e as pessoas já deram resposta a esse tipo de discurso porque têm consciência de que não é isso que acontece. Nós entendemos que o concelho é um todo, é esse todo que eu quero tratar e faço questão de tratar o concelho. Refere aqui alguns pormenores que eu acho que é mau de mais para ser verdade, a ser verdade há aqui responsabilidade dos funcionários, eu custa-me a acreditar que haja um funcionário municipal que vá reparar uma vala e que não repare a dez centímetros, a dez metros que seja ou a cem, um buraco que está ao lado. Custa-me a acreditar, agora o que é importante para mim, porque eu não sou omnipresente, nem tenho essa pretensão, é que façam chegar ao conhecimento da Câmara, para nós podermos junto de quem teve tal prática de omissão, para podermos agir em conformidade. De facto referiu aqui dez centímetros é mau de mais para ser verdade. Depois queria-lhe dizer o seguinte, eu já o conheço há algum tempo e tenho consideração pelo senhor, mas confesso que não sabia que pertencia ao grupo dos *illuminati*. Disse aqui que a Câmara no fundo tinha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ao seu dispor a solução, que era muito fácil para resolver o problema da Rua 25 de Abril e que aparentemente não o terá feito porque não quis, porque se desinteressou, por inoperância do senhor presidente e do senhor vereador. Isso não é verdade, se há aqui uma entidade que não tem responsabilidade nenhuma nesta matéria e que está a resolver o problema é a Câmara Municipal. E eu vou-lhe explicar por que é que o problema não foi resolvido mais cedo, já tive a oportunidade de explicar isto na reunião de Câmara, e também aqui, é provável que sim, julgo eu que este assunto foi falado na última Assembleia Municipal. Nós não resolvemos este problema antes porque há ali uma infraestrutura de muita complexidade, que é aquela passagem hidráulica. Se reparar verifica que a técnica de construção da mesma é invulgar, são umas placas metálicas arqueadas que os nossos serviços municipais desconhecem pura e simplesmente o que lá está, o que foi feito. Portanto aquilo estando numa situação que ameaçava ruir, era impensável a Câmara mexer ali, porque essa dita passagem hidráulica, atravessa o IC25 e o restabelecimento daquela via que entretanto serve a freguesia de Figueiras, e não só. Nós não poderíamos sectorizar a obra, se pudéssemos fazer ali um corte e intervir só na nossa via teríamos feito. O problema é que se mexêssemos ali, podia haver o colapso total daquela infraestrutura, e o próprio IC25 ter um abatimento, e isso era impensável, como devem compreender. Portanto aquilo que nós fizemos era o que tinha de ser feito, falar com quem de direito, porque como sabem aquela obra não tem tantos anos quanto isso, eu julgo que deve ter pouco mais de quinze anos, e todos nós acreditamos que as obras públicas não são feitas para durar apenas quinze anos. Portanto terá havido ali, ou um erro de projeto ou um erro de execução de obra. Foi isso que nós transmitimos a quem de direito às Estradas de Portugal, que por sua vez vieram dizer que aquela obra tinha sido concessionada, e portanto era a concessionária que tinha a competência e o dever e a responsabilidade de resolver o problema que é a Ascendi. E a Ascendi como qualquer privado tenta evitar os custos, desresponsabilizou-se desde o início, não era nada com eles, inclusivamente chegou a ter o desplante de dizer que a culpa era do empresário que impermeabilizou toda a área e não tratou devidamente a valeta, houve ali uma maior afluência de águas pluviais para aquela infraestrutura, chegou aí o cúmulo. Nós aí tivemos que endurecer as posições, ameaçamos que íamos arranjar uma solução alternativa e que lhes íamos imputar os custos, já estávamos a pensar fazer uma derivação pelo lado, evitando passar por cima dessa infraestrutura, para evitar aqueles problemas que lhe referi. Outra opção que se tentou foi junto do exército ver quanto é que custava ao município meter lá uma estrutura provisória,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

mas só pela disponibilização eram cerca de vinte e cinco mil euros mais uma renda mensal, eram custos impossíveis de comportar. Até que conseguimos uma posição, razoável, entendo eu, com a Ascendi, custeamos parte do projeto para a consolidação da PH e entretanto procurou-se com esse estudo que foi feito que os projetistas dessem uma solução para resolver o problema. Portanto foi isso que foi feito, e o que está combinado é que a Ascendi vai agora tratar do reforço de toda aquela passagem hidráulica e nós estamos a fazer uma passagem superior com estacaria, ao lado dela para não mexer com o que está feito, e depois usando essa estacaria como pilares vamos fazer um tabuleiro, para no fundo resolver o problema sem interferir com o que está por baixo, mas mesmo assim como houve ali uma pressão sobre o solo, houve efeitos na passagem hidráulica e a obra teve que ser interrompida, exatamente por causa disso, porque já estava escorado mas escoras começaram a ceder tivemos de chamar os técnicos da Ascendi para vir ver o que é que estava a acontecer. Portanto julgo que hoje estiveram lá para reforçar a passagem hidráulica para nós podermos reatar os trabalhos e resolver o problema. Queria dar nota disso, que sempre estivemos empenhados em resolver o problema, mas sentíamo-nos impedidos de o resolver porque as soluções não estavam ao nosso alcance, nós dependíamos aqui de entidades externas para resolver o problema. E foi por isso que infelizmente não conseguimos resolver o problema em tempo mais oportuno. Depois relativamente à intervenção da Dr.^a Sandra Silva. Eu julgo que alguém já falou sobre isto, é que há aqui este perigo, que é retirar da área de influência do hospital a população desta CIM. Como sabem e já aqui foi dito Paredes já não pertence à CIM do Tâmega e Sousa, integra agora a área metropolitana do Porto, cerca de metade de Celorico já não está sobe a influência do Hospital Tâmega e Sousa, parte de Felgueiras também não. O perigo é esse, é que nós não cumpramos aquele patamar que referiu, e portanto por força disso acabamos por ser prejudicados e perder aquelas valências que todos desejamos não perder. E relativamente à gestão danosa já falamos daqui a um bocadinho.» -----

----- SEGUNDO PONTO: - Documentos de Prestação de Contas do ano de 2013; -----

----- Intervenção do Sr. João Carvalho do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Analisados os documentos de prestação de contas do ano de dois mil e treze, concluiu-se que a malfadada lei dos compromissos foi imprescindível para que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Câmara Municipal de Lousada conseguisse atingir o equilíbrio financeiro. Paralelamente, em posição legal de não contração de empréstimos por parte da autarquia, bem como a suspensão de investimentos como os da construção dos novos centros escolares, obrigou a que os projetos comparticipados pelo QREN tivessem sido feitos com fundos próprios, um dos reflexos desta constatação é referente ao grau de execução da receita de capital que é de cinquenta vírgula seis por cento, bastante inferior ao previsto, o que faz realçar a imposição legal para o impedimento da contração de empréstimos. Da mesma forma registamos com desagrado a falta de captação de investimento, e o espelho desta inércia é a execução de zero por cento das vendas previstas de terrenos na zona industrial de Lustosa. Se por um lado, representa mais um ano em que a autarquia não realizou qualquer receita sobre os dois milhões de euros previstos, por outro significa a não implementação de novas empresas que teria subjacente a criação de novos postos de trabalho. Ainda no que confere à execução de receita corrente, senhor presidente, esta prestação de contas prova que seria financeiramente suportável a diminuição da taxa do IMI como tantas vezes o dissemos, já que a execução foi de cento e cinco vírgula três por cento. No mesmo enquadramento a execução das taxas de saneamento e conservação de cento e trinta e seis por cento, verifica-se um recurso importante e que potência as receitas correntes, minimizando assim as faltas de capital. Na rubrica zero sete, ponto zero dois, ponto zero oito - serviços sociais, recreativos, culturais e desportivos, verifica-se um erro grosseiro de previsão de receita. Esta aponta para duzentos mil, cento e cinquenta euros e o executado foi de apenas de treze mil e cem euros. Apenas seis vírgula cinco por cento. Faço a questão senhor presidente, para uma taxa de ocupação anual, anunciada de duzentas e cinquenta mil pessoas, não será uma receita baixa? Lembro, apenas que para ser possível atingir esta ocupação prevista, cada um dos quarenta e sete mil habitantes de Lousada terá de pisar o complexo desportivo cinco vírgula três vezes por ano, considero ambicioso. Senhor presidente, porque razão as dívidas de cobrança duvidosa atingiram o valor de oitenta mil, duzentos e trinta e um euros e vinte e um cêntimo. Será que os juristas da Câmara Municipal de Lousada e os advogados avençados estão a desempenhar as suas competências? No âmbito da execução da despesa, surpreende-nos a falta de rigor deste relatório, o exemplo mais evidente é na rubrica, “outro”, “outros”, “outros bens”, “outros serviços” e “diversos” que apresentam um valor total superior a três milhões duzentos e cinquenta mil euros, o que é sinónimo claro da falta de rigor e pouca transparência. Não querendo com isto apontar qualquer não conformidade contabilística aos mapas, parece-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

nos apenas que temos cerca de doze por cento das despesas, do ano de dois mil e treze, escondida nas rubricas, outros. Não pude ainda deixar de reparar que foram pagos vinte e três mil, oitocentos e oitenta e nove euros e dezasseis cêntimos a duas farmácias do centro de Lousada. Pergunto, se farão apenas parte do centro da vila as famílias com necessidades de apoio? Para concluir realça deste relatório, o elevado valor da despesa contraída pela Câmara Municipal de Lousada, no nosso entender, na COPAGRI. No entanto estamos certos que esta verba irá diminuir em dois mil e catorze, visto que certamente que a aquisição de cabazes já não será tão necessária.»

----- Intervenção do Sr. Jorge Peixoto do Grupo Municipal “Lousada Viva”
- Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «No ponto oito, dois, vinte e dois- valor de cobranças duvidosas, aparece nome de munícipes com a indicação de que são devedores a trinta e um de dezembro de dois mil e treze a esta Câmara. Mas que é totalmente errado, como poderei provar em notas de pagamento, em meu poder, uma de dezassete de agosto de dois mil e doze e outra de catorze de outubro de dois mil e treze. A quem cabe a responsabilidade deste erro e consequente difamação do bom nome dos munícipes visados? Aos serviços camarários ou é alguma manobra de diversão.» -----

----- Intervenção do Sr. Joaquim Santos do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Como sabem as contas são elaboradas por pessoal técnico superior e analisadas por um ROC, em cumprimento do decreto-lei número quatrocentos e oitenta e sete barra noventa e nove de dezasseis de novembro, cujo relatório que nos foi presente, faz uma apreciação favorável. Para avaliar a gestão municipal interessa comparar a evolução do grau de execução de despesas e receitas correntes, entre dois mil e doze e dois mil e treze, pois trata-se de valores calculados e executados de acordo com as regras previsionais definidas pelo local. Assim temos, receitas correntes de dois mil e doze: receita orçamentada: vinte e um milhão, setecentos e sessenta e três mil, seiscentos e dezoito euros e sessenta e um cêntimos. Receita cobrada: vinte milhões, trezentos e vinte e oito mil, novecentos e cinquenta e seis euros e setenta e sete cêntimos. Grau de execução: noventa e três virgula quatro por cento. Dois mil e treze: Receita orçamentada: vinte e dois milhões, oitenta e nove mil quatrocentos e oitenta e quatro euros e trinta e sete cêntimos. Receita cobrada: vinte e um milhões, quinhentos e sessenta e três mil setecentos e cinco euros e vinte e sete cêntimos. Grau de execução: noventa e sete virgula seis por cento. Despesas correntes de dois mil e doze: despesa orçamentada: vinte e dois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil seiscentos e dois euros e noventa e sete cêntimos. Despesa paga: dezoito milhões, setecentos e trinta e cinco mil quinhentos e setenta e nove euros e dezanove cêntimos. Grau de execução: oitenta e dois virgula seis por cento. Dois mil e treze: despesa orçamentada: vinte e um milhões quatrocentos e quarenta e dois mil quatrocentos e oitenta e oito euros e trinta e oito cêntimos. Despesa paga: dezoito milhões, setecentos e noventa e quatro mil duzentos e dez euros e sessenta cêntimos. Grau de execução: oitenta e sete virgula seis por cento. É de salientar o elevado grau de execução que revela rigor na elaboração do orçamento e o saldo da poupança corrente de dois milhões, setecentos e sessenta e nove mil quatrocentos e noventa e quatro euros e sessenta e sete cêntimos, que serve para suportar despesa de capital. No que respeita à dívida de terceiros de curto prazo, continuou a trajetória descendente verificada no ano anterior. De referir, também, que houve uma diminuição do prazo médio de pagamento em dois mil e treze que passou de vinte e seis para catorze dias para fornecedores conta corrente e de quarenta para trinta e três dias para fornecedores de imobilizado, o que é bastante significativo. Lousada continua a ter uma Câmara de boas contas, conforme muito bem diz o nosso presidente. A dívida de empréstimos bancários de médio e longo prazo desceu oito e meio por cento. É de realçar o ótimo resultado da gestão Municipal em dois mil e treze, que se depreende da análise dos documentos que instruem a conta e o respetivo relatório de gestão. A execução anual do Plano Plurianual de Investimentos, senhor João Carvalho, devo ter documentos diferentes porque o senhor falou aqui em cinquenta e três virgula sete por cento, não seis onde foi buscar esse numero? A execução anual do Plano Plurianual de Investimentos aumentou de cinquenta e três virgula sete por cento para sessenta e seis virgula um por cento. Não foi ótimo, mas foi muito bom, tendo em atenção os vários fatores que contribuem para a sua execução, como seja: a) para a apresentação de candidaturas ao QREN estas tem de estar inscritas no PPI; b) após a adjudicação o prazo para a sua conclusão ultrapassa, muitas vezes o ano civil; c) sempre que se elabora um auto de mediação é efetuado o respetivo pedido de pagamento ao QREN; d) só depois de recebido o valor pedido de pagamento se procede ao pagamento ao empreiteiro; e) os últimos cinco por cento só são libertados muito tardiamente, algum dos quais já se encontravam nesta situação em dois mil e doze. Por aqui se verifica que não se pode andar tão depressa como era vontade da Câmara. E quanto ao endividamento que não foi falado aqui se calhar ainda pode ser. Conforme mapa do balanço, temos de dívida exigível a curto prazo: um milhão, seiscentos e oitenta e um mil oitocentos e quinze euros e noventa e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

oito cêntimos. Temos pelas novas regras do endividamento, uma folga á volta dos dezassete milhões de euros. Ainda há bem pouco tempo com conferências de imprensa promovidas pela coligação “Lousada Viva” e de algumas intervenções efetuadas neste âmbito, nos lembramos do que era dito sobre a dívida do Município: a Câmara deve vinte milhões, a Câmara deve vinte e dois milhões, a Câmara deve vinte e cinco milhões. O que dizem os documentos que nos foram apresentados para hoje discutirmos? Reparem, reunião ordinária do órgão executivo de vinte e dois do corrente, senhor vereador, Dr. António Meireles: “um endividamento que se aproxima dos treze milhões de euros”, confirma-se? Senhor vereador Dr. Agostinho Gaspar: “ Dívida total do município é de treze milhões, setecentos e dezasseis mil setecentos e sessenta e seis euros e sessenta e seis cêntimos” Vejam para já a divergência entre eles, um que se aproxima dos treze milhões e outro perentório treze milhões, setecentos e dezasseis mil setecentos e sessenta e seis euros e sessenta e seis cêntimos. Incorretas as duas e analisá-las-emos mais à frente. Portanto, há aqui algo que não bate certo, das duas e uma, ou o Dr. Pedro Machado e o seu antecessor Dr. Jorge Magalhães têm o poder da multiplicação, não do pão e do vinho, mas dos euros, o que não acredito, muito menos reduzir a dívida em tão pouco tempo, ou a Coligação “Lousada Viva” andou sistematicamente a intoxicar a opinião pública com inverdades, pretendendo tirar dividendos políticos dessa atividade que não surtiram efeito, como se constatou. Vejamos então qual o valor da dívida líquida do município em trinta e um de dezembro passado: Diz o senhor vereador Dr. Agostinho Gaspar que a dívida total do Município é daquele valor que já referi. Não há dúvida que este valor consta do mapa da evolução do endividamento, ou seja: dívida a terceiros: um milhão, seiscentos e oitenta e um mil oitocentos e quinze euros e noventa e oito cêntimos. Empréstimos bancários: dez milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta e sete euros e sessenta e seis cêntimos. Acordo Suma: setecentos e noventa e dois mil novecentos e sessenta e quatro euros e setenta e quatro cêntimos. Locação Financeira: oitocentos e setenta e sete mil cento e vinte e oito euros e vinte e oito cêntimos. Custou-me encontrar este valor, mas consegui. Só que por lapso, com certeza, não reparou no mesmo mapa, que consta uma dívida de terceiros no valor de dois milhões, quinhentos e trinta e cinco mil novecentos e noventa euros e sessenta cêntimos e também lhe passou despercebida a importância de um milhão, setecentos e setenta e três mil vinte e sete euros e vinte e quatro cêntimos, que é o saldo de gerência que consta no resumo de fluxos de fundos, à qual por norma se recorre quando a Câmara precisa de efetuar alteração de revisão ao orçamento. Assim



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

teremos: Dívida de terceiros: dois milhões, quinhentos e trinta e cinco mil novecentos e noventa euros e sessenta cêntimos. Saldo de gerência – um milhão, setecentos e setenta e três mil vinte e sete euros e vinte e quatro cêntimos. Total: quatro milhões, trezentos e nove mil dezassete euros e oitenta e quatro cêntimos, que abatidos aos treze milhões, dão um dívida líquida da Câmara, total, em trinta e um de dezembro de dois mil e treze de: nove milhões, quatrocentos e sete mil setecentos e quarenta e oito euros e oitenta e dois cêntimos. É esta a gestão danosa. -----

--- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Na reunião da Câmara Municipal de Lousada, de vinte e dois de abril, os vereadores da coligação “Lousada Viva” e também o fez o senhor engenheiro João Carvalho e o senhor Jorge Peixoto e provavelmente outros irão repetir na segunda volta, mas por antecipação vou tentar responder já, levantaram todos um bom punhado de questões. Passando por cima de algumas, das tais que eu, tal como já o fiz no mandato anterior, costumo catalogar de questões tipo Eduardo Catroga, não posso no entanto, deixar de referir e comentar umas tantas outras. Perguntou a dada altura o Dr. Leonel Vieira: “Manuel Fernando Morais Bessa da Costa tem a receber o valor de três mil quatrocentos e vinte e um, (vou omitir os cêntimos) porque se deve a um particular? E a José Nogueira Ferreira, mil duzentos e treze? E a António da Cunha Magalhães, vinte e um mil oitocentos e doze?” Resposta da Dr^a Cristina Oliveira, Chefe da Divisão de Finanças e Contabilidade: “o valor de três mil, quatrocentos e vinte e um, diz respeito ao fornecimento de frutas e legumes para as refeições escolares, cujo fornecedor detém uma empresa em nome individual. O valor de mil, duzentos e treze, trata-se de uma vidraria, também em nome individual. O último é material de construção. Existem muitas empresas em nome individual, o que não significa que sejam particulares”. Senhor Dr. Leonel Vieira não sabia, ficou a saber a partir deste momento. Ainda disse o Dr. Leonel Vieira: “No mapa de controlo orçamental da despesa por classificação orgânica, há um conjunto de rubricas denominadas de “outros”, que considero exagerado e me parecem sinónimo de falta de rigor. No entanto vou apenas cingir-me aos valores mais elevados, há um valor de setecentos e cinquenta e quatro mil e duzentos e vinte euros referente a “outros serviços”, a que se refere?” Dr^a. Cristina Oliveira: “é o valor referente à Ambisousa”. “No departamento de obras e ambiente, na página cinco, há um valor exagerado, de seiscentos e dezoito mil quatrocentos e trinta e quatro diz respeito a quê?” Dr^a. Cristina Oliveira: “Este valor refere-se ao tratamento de resíduos e saneamento das Águas do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Noroeste”. “Há um valor de cento e quarenta e três mil seiscentos e cinquenta e um para equipamento básico para o DOM, e um de sessenta e quatro mil seiscentos e dez no departamento de educação, ainda na mesma página, há um valor quinze mil setecentos e setenta e nove e outro de duzentos e trinta e sete mil, que se referem a quê?” Dr^a. Cristina Oliveira: cento e quarenta e três mil seiscentos e cinquenta um, é equipamento básico para a DOM – Departamento de Obras Municipais, conforme estava dito, o valor de sessenta e quatro mil seiscentos e dez, é referente à aquisição de gás destinado ao pavilhão, ao complexo desportivo e às escolas, quinze mil setecentos e sessenta e nove, refere-se a outros bens para educação, e por último, o valor de duzentos e trinta e sete mil referem-se às aulas de natação para os alunos das escolas primárias”. Continuou o Dr. Leonel Vieira: “Quero que me esclareça ainda, no mesmo mapa, na página dois, em locação de edifícios, há um valor de trinta e seis mil, a que edifício se reporta este valor? Há ainda um valor de trinta e três seiscentos e quarenta e sete de indemnizações, falamos de quê e a quem?” Dr^a cristina Oliveira: “O valor de trinta e seis mil, refere-se à renda com espaço internet que já cessou e às salas de formação existentes na Associação Industrial. Quanto ao valor das indemnizações, diz respeito a acidentes de aviação e a duas cessações de contratos de trabalho”. E o senhor presidente da Câmara acrescentou: “ Temos duas salas arrendadas na Associação Industrial para formação e ponderei cessar esse arrendamento, mas entretanto falei com a direção e o que está previsto é aproveitar esse arrendamento para fazer nascer a incubadora de empresas”. Neste caso relevo a resposta do senhor presidente da Câmara, felicitando-o pelo anúncio do início de medidas com vista à concretização deste objetivo, que deve ser levado a cabo com todo o cuidado e responsabilidade, neste campo, criação de emprego e empreendedorismo, não há soluções milagrosas, e por vezes, incubadoras de empresas como vai acontecendo por aí, transformam-se em verdadeiras chocadeiras. Chocadeiras de ilusões que alguns populistas tentam vender, a todo o custo. Fico porém descansado e saúdo como já disse, a opção porque sei que o senhor presidente da Câmara e restantes vereadores, por terem em consciência, não permitiram que isso venha a acontecer. Continuando com o Dr. Leonel Vieira: “E na rubrica zero sete, zero e um, zero três, zero sete, o valor de cinco mil oitocentos e três, corresponde a quê?” Dr^a Cristina Oliveira: “ Esses valores são de aquisições de bens de capital, discriminados no Plano Plurianual de Investimentos”. Bastava ir lá ler. Mais perguntas do mesmo género foram feitas pelo senhor Dr. Leonel Vieira, tendo a Dr^a. Cristina Oliveira dado as correspondentes explicações a todas elas. Esclareceu também, a determinada altura: “a nova versão do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

POCAL poderá trazer novidades, há situações específicas das autarquias que não estão discriminadas e não são classificadas como “outros”, no entanto podemos pensar numa maior desagregação”. Não satisfeito disse o Dr. Leonel Vieira, “com a falta de elementos estamos a votar no escuro, porque a rubrica “outros” não é nada, deveria estar tudo discriminado. Dr. Leonel vieira, não sei se isso lhe convirá muito, eu não corria o risco que isso acontece-se, porque nas próximas discussões de documentos em causa, nos próximos anos, poderá ficar sem assunto para comentar. E disse ainda, “Pretendo a informação detalhada de todas as rúbricas que aqui indiquei e outras, principalmente das verbas apresentadas como “outros””. Então senhor Dr. Leonel Vieira, não ficou esclarecido? Se não ficou, porque não voltou a perguntar? Porque não fez mais perguntas? Faz-me lembrar uma história que eu costumava contar quando mais jovem e que não consigo deixar de contar aqui: certo dia Jesus Cristo numa das suas peregrinações, acompanhado de Pedro, encontra a dada altura um cego, que anda por fora de caminho, tropeçando nos obstáculos que lhe iam aparecendo. Jesus aproxima-se dele, coloca-lhe a mão sobre o rosto e passados alguns segundos, diz-lhe, depois de a mão ter sido retirada, abre os olhos e segue o teu caminho. O homem abriu os olhos e assim fez. Passado algum tempo vê outro cego que andava aos ziguezagues sem encontrar o rumo certo, Jesus procede da mesma forma. Então o homem já de olhos abertos prossegue o caminho indo finalmente a direito. Passado mais algum tempo depara-se com alguém que erradamente vinha em sentido contrário a Jesus. Apercebendo-se de que se tratava de outro cego, procede como com os anteriores, mas ao ordenar que abrisse os olhos e seguisse o seu caminho o cego continuou no sentido errado. Jesus repetiu então, todos os procedimentos mas o cego não abriu os olhos, nem encontrou caminho certo. Pedro ao aperceber-se do sucedido abeirou-se do cego, observou e dirigindo-se a Jesus, disse-lhe, deixa lá Jesus, é que este, é mesmo cego. Senhor presidente da Câmara, Dr. Pedro Machado, restantes vereadores do PS e senhora chefe de Divisão de Finanças e Contabilidade, Dr.^a Cristina Oliveira, deixem lá, não vale a pena, não porque os dirigentes da coligação “Lousada Viva” sejam cegos, não é por isso, os cegos não têm culpa de não ver, é pois pelo facto de eles não quererem ver, não quererem perceber, porque não lhes interessa, porque não lhes convém. Dr. António Meireles fez também algumas perguntas das quais sublinho as seguintes: “Para ter uma informação com mais pormenor, qual será o grau de endividamento neste momento? Isto é o valor do endividamento do município. Um endividamento que se aproxima dos treze milhões, confirma-se?” E o Dr. Agostinho Gaspar afirmou: “ Dívida total do município é de treze milhões,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

setecentos e dezasseis mil setecentos e sessenta e seis euros e sessenta e seis cêntimos. Muito bem, o endividamento total bruto do município em trinta e um dos doze de dois mil e catorze tinha efetivamente este valor. E depois? Acham muito ou acham pouco? Paços de Ferreira, sessenta milhões, oitocentos e setenta e quatro trezentos e oitenta e dois. Paredes, sessenta e quatro oitocentos e dezasseis duzentos e vinte e um. Vila Nova de Gaia, duzentos e dezassete milhões, novecentos e trinta e sete oitocentos e dezoito. E não estão aqui resolvidos nem Paredes, nem Paços de Ferreira nem Vila Nova de Gaia, outras situações que estão em tribunal e que na primeira instância já perderam. Podendo ir a dívida de Vila Nova de Gaia a duzentos e cinquenta milhões de euros, o que significa um endividamento líquido perto dos duzentos e cinquenta por cento. Eu sei que vocês não gostam destas comparações, mas vou citar aqui um estudo de hoje, deste tipo de coisas, que diz: um princípio importante para ter em conta na elaboração de rácios de gestão é o da comparabilidade, devemos ser capazes de conceber rácios que nos permitam comparar empresas do mesmo setor, a nível nacional e internacional, para que seja possível aferir da razoabilidade dos valores, isto é, o que é bom, o que é mau ou o que é razoável. Portanto mandar para a plateia uma verba não diz nada. Olhem que foi o governo PSD-CDS que através da nova lei das finanças locais fixou o limite legal de endividamento permitido para o município de Lousada para dois mil e catorze, em cerca de trinta e um milhões de euros. Isto é, foi este governo constituído pelos mesmos partidos da vossa coligação que disse isto ao município de Lousada: os senhores podem-se endividar em mais cerca de dezassete milhões de euros e com isso não terão qualquer problema. Não acham que já é tempo de deixar de pôr em causa a ótima situação financeira do município de Lousada? Confirmada assim pelo governo. Ou acham que o governo foi irresponsável ao fazer esta lei? O Dr. Agostinho Gaspar fez também as seguintes afirmações, que já foi repetida aqui hoje: verificamos que esta prestação de contas está fortemente influenciada pela imposição legal de não contratação de empréstimos no ano de dois mil e treze, bem como a diminuição de investimentos neste mesmo ano de dois mil e treze, uma vez ter estado suspenso a construção dos centros escolares” E disse mais adiante: “como podemos verificar, à data de hoje, a famosa lei dos compromissos, apesar de injusta em alguns aspetos, proporcionou ou município de Lousada uma melhoria considerável no seu equilíbrio financeiro”. Olhe que não Dr. Agostinho Gaspar. Olhe que não. O senhor faz-me lembrar outro Dr. Gaspar que atribuiu o mau desempenho da economia e do emprego, provocado pela política ruinosa da austeridade por ele seguida, ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

prolongado período de chuvas, e o senhor faz-me muito lembrar essa pessoa. É que a tendência de melhoria da situação financeira no município já se vem verificando ao longo dos últimos anos. Tome atenção por favor, o nível global de endividamento passou de perto de quarenta e cinco por cento em dois mil e onze para pouco mais de quarenta e um por cento em dois mil e doze, e para cerca de quarenta por cento em dois mil e treze. O endividamento bruto desceu de cerca de vinte e um vírgula um milhões em dois mil e onze, para cerca de quinze vírgula cinco milhões em dois mil e doze, e para cerca de treze vírgula sete milhões de euros em dois mil e treze. E tome nota, e surgiro-lhe que tenha mais atenção neste ponto, o endividamento líquido, pois é este o valor que define o endividamento real do município, diminuiu de cerca de dez vírgula seis milhões em dois mil e onze, para cerca de nove vírgula nove milhões em dois mil e doze, e para cerca de nove vírgula quatro milhões de euros em dois mil e treze. Isto é, o endividamento real do município de Lousada em trinta e um, do doze, de dois mil e treze, era de nove vírgula quatro milhões de euros. Dr. Agostinho Gaspar e restantes dirigentes da coligação “Lousada Viva”, não acham que, em vez de tentaram justificar, o incontestável êxito das contas do município de Lousada, através de verdadeiros constrangimentos e atropelos criados pelo governo, como a suspensão da construção de centros escolares, não seria mais correto que em defesa dos interesses dos lousadenses, fizessem chegar a vossa indignação ao governo por esses factos? Afirmou ainda o Dr. Agostinho Gaspar, tentando justificar a abstenção dos vereadores da coligação: “Após a análise da prestação de contas, referente a dois mil e treze, os vereadores eleitos da coligação “Lousada Viva”, optam pela abstenção”. Ainda me faltavam mais alguns períodos, mas poderá ser melhor terminar com o seguinte: o grupo municipal do partido socialista, por todas as razões enunciadas, irá seguir o parecer do revisor oficial de contas e votar favoravelmente pela aprovação dos referidos documentos.» -----

----- Intervenção do Sr. João Carvalho do Grupo Municipal “Lousada Viva” - Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP: «Senhor Santos eu, que até não sou mau de contas, cheguei a uma altura que até pensei que tivesse lido mal, mas acho que diz aqui, no relatório de gestão, página três, linha cinco: “isto apesar de ao nível da receita se ter verificado uma execução de cinquenta vírgula seis por cento”. Acho que não me enganei. Admira-me também, toquei em alguns pontos, era previsível que falasse muito na taxa de execução, e que realmente a Câmara melhorou, mas acho estranho também não tocar nos pontos negativos. E realmente, eu toquei em alguns



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

negativos e acho estranho não ter falado nisso. E um deles é a taxa de execução, o zero por cento de venda de terrenos na zona industrial de Lustosa, nesse assunto não tocou. O senhor Santos o que fez foi abater as dívidas de terceiros para abater à dívida total, isto leva ao endividamento líquido, e não à dívida total. Isto, nada garante que a Câmara municipal de Lousada, venha a receber o dinheiro que lhe devem. Curioso também realçar e de uma forma tão exuberante, e realmente é verdade a Câmara municipal de Lousada diminuiu a sua taxa de endividamento, mas simplesmente por uma das razões fortes, que não pode contrair empréstimos. E isso também é preciso ser realçado, não é só dizer que a Câmara diminuiu o endividamento. É preciso não encapotar as coisas desta maneira. Senhor Santos, diga-me, esta Câmara é uma Câmara de tão boas contas, então porque é que para pagar uma indemnização de um milhão e quarenta mil euros de expropriações de terreno do complexo desportivo, o proprietário teve de recorrer ao aval do Estado? Levanto também esta questão. Senhor Ferro mencionou aqui muitas das questões levantadas, essencialmente, pelo nosso vereador, Dr. Leonel Vieira. E como deve saber tem toda a legitimidade de as levantar. Eu acho estranho é de tantas que mencionou, há aqui uma que diz o seguinte: “No mesmo mapa de transferências de subsídios, constato outros montantes e outros destinatários, para os quais solicito explicações, COPAGRI, mais oito mil, quinhentos e tal euros, Farmácia Ribeiro e Maria José Ribeiro Pacheco da Fonseca oito mil oitocentos e noventa e sete euros e zero nove cêntimos. Estranho não ter feito menção a esta citação.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Antes de mais queria dizer e realçar a pertinências das intervenções do senhor Santos e também do senhor Ferro, quanto á exatidão dos números, porque é importante, julgo eu, para esclarecer esta Assembleia. Vou tentar não ser repetitivo, muito embora tenha que dar aqui alguns esclarecimentos sobre algumas intervenções que foram feitas. E começando aqui pelo João Carvalho. Eu percebo que não é fácil de reconhecer o mérito, e vocês estão numa posição ingrata, mas de vez em quando, ficava-vos bem, olhar para aquilo que de positivo existe neste concelho. Para aquilo de positivo, esta Câmara ou a próprias Juntas de Freguesia, e este recado é para todos, inclusivamente para nós, onde somos oposição, de quando em vez devíamos parar um bocadinho e dar os parabéns a quem os merece. E queria-lhe dar nota de que, se nós conseguimos este desempenho ao nível da prestação de contas, isso não tem nada que ver com a lei dos compromissos. No nosso caso em concreto não teve esse efeito, está a ter noutros concelhos, a lei está a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

bloqueá-los por completo, não conseguem pura e simplesmente trabalhar, nem sequer conseguem aproveitar os fundos comunitários. Ainda hoje me foi dado nota disso na Comissão de Coordenação da Região Norte, há aqui muitos concelhos à nossa volta, que não têm a mínima hipótese sequer para aproveitar os fundos comunitários, de resolver problemas graves que os concelhos têm. Porque de facto houve essa dita, gestão danosa, que aqui foi falada na última Assembleia Municipal. E por isso percebo, embora me custe e tenho que lamentar esta justificação para os resultados que nós aqui apresentamos, como sendo o mero efeito da aplicação da lei dos compromissos e da impossibilidade de contração de empréstimos. Enfim queria dar nota de que, seguramente, se conseguimos estes resultados, isso não tem que ver com essas imposições legais, tem que ver sobretudo com uma preocupação cada vez maior e constante do executivo, preocupação essa que foi, já há algum tempo absorvida por todos os serviços municipais, de poupar cada vez mais, naquilo que puder ser dispensável. Uma grande marca desta prestação de contas é que de facto, fica aqui demonstrado que nós, cada vez mais afetamos receita corrente para despesas de capital, ou seja, a poupança corrente é cada vez maior, e cada vez mais verba é utilizada nessa receita corrente, para despesas de capital, ou seja para investimento. Basicamente o que isto quer dizer é que a Câmara tem feito cada vez mais poupança naquilo que é despesa corrente para aplicar em investimento, esse é o caminho, e acho que é uma tônica importante que devemos aqui realçar. Referiu aqui a questão do IMI, que enfim a execução até foi superior ao que estava previsto no orçamento, é verdade. Mas isso não é sinal de que nós devíamos ter reduzido ainda mais do que aquilo que reduzimos, porque, julgo que sabe, se não sabe vou-lhe explicar. Nós não temos liberdade nenhuma ao fazer o orçamento para prever receitas que dizem respeito a tributos, há regras, e regra é que temos de inscrever sempre em função da média dos últimos três anos de receita. Embora tivéssemos já a expectativa ou a certeza até, em função dos elementos que tínhamos, de um determinado valor, tivemos que inscrever um inferior por força dessa realidade. Basicamente o que interessa depois é que quando estivermos a discutir a questão do IMI, mais adiante, é ver a evolução que houve real na receita, aí sim teremos dados fidedignos. Este indicador não nos permite retirar a conclusão que pretendeu retirar. Depois relativamente ao complexo desportivo. Queria-lhe dar nota que esses duzentos e cinquenta mil utilizadores que referenciou, como sabe, uma pequena parte é que paga, a maior parte são utilizações gratuitas, por força da muita formação que é administrada lá no complexo desportivo. Depois relativamente às dívidas de cobrança duvidosas. Isto tem que ver, sobre-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

tudo com as dificuldades que as famílias estão a sentir, não é seguramente nenhum abrandamento do empenho dos técnicos e advogados avançados que temos. Aliás garanto-lhe que aqui na região nós devemos ser a Câmara que mais cobranças têm feito em termos de execuções fiscais. E fizemo-lo também no ano de eleições, e se têm dúvidas, eu depois apresento-lhes os valores. Nós, todos os trimestres fazemos o apanhado da receita cobrada pela execução fiscal, o que não acontece em alguns municípios, nem sequer têm execuções fiscais, deixam prescrever as dívidas, num claro prejuízo para o interesse público e sobretudo criam uma situação de desigualdade perante aqueles que cumprem. É evidente que nós temos de ter a noção que há muitas pessoas que não cumprem porque pura e simplesmente não podem, não têm, mas para isso há outro tipo de soluções. Nós temos tentado conceber, garanto aqui a esta Assembleia de que esta questão das execuções fiscais está a funcionar na Câmara Municipal, há já alguns anos, e na minha óptica, a funcionar bem. Nós temos arrecadado cada vez mais receita nesta vertente. Depois referiu aqui a questão da rubrica dos “outros”. Usando aqui aquela citação bíblica do senhor Ferro, Jesus Cristo também disse aos fariseus que eles se preocupavam muito com os mosquitos e pouco com os camelos, dizia: Hipócritas! Coais os mosquitos e deixais passar os camelos. De facto o que vejo aqui são muitos mosquitos. Falar aqui neste tipo de pormenores, num assunto de tanta importância como é a prestação de contas, escamoteado aquilo que é importante neste assunto, como as taxas de execução, como aquilo que referenciei, que é nós afetarmos cada vez mais verba para o investimento através da poupança corrente, como é por exemplo a redução do endividamento, como é, enfim um conjunto significativo de indicadores importantes. E vir aqui referir pormenores como esse do “outros”. Desculpem que vos diga mas eu fico com a ideia de que há alguma desconfiança, que se esteja aqui a esconder qualquer coisa, que não quero que se saiba que estamos a pagar e então mete-se na rubrica de “outros”. Enganados, os documentos estão disponíveis, e se quiserem consultar os processos despesas estão lá, consultem e veem exatamente que valores, e a quem é que foi pago esses valores, nestas rubricas “outros”. Isso acontece porque, como alguém referenciou aqui, a questão do POCAL. O POCAL tem regras e nós não podemos inventar rúbricas, é evidente que o ideal é que estas rúbricas fossem os mais desagregadas possível para que houvesse maior transparência, para que se soubesse exatamente a que se refere aqueles valores. Acontece que os serviços quando não conseguem encaixar aquela despesa numa situação que está tipificada, tem que ir para os “outros”. O ideal é que tivéssemos mais tempo para apresentar aos vereadores da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

oposição para analisarem e porventura tirar essas dúvidas com os serviços. São questões menores que eu acho que não faz sentido, estar na reunião de Câmara ou aqui na Assembleia a discutir este tipo de questões. Mas confesso que fica aqui esse descontentamento, porque dá a ideia de que ao darem ênfase a esta situação, parece que nós estamos a esconder alguma coisa, e se têm dúvidas, consultem, peçam por escrito, e serão dados esses esclarecimentos, teremos lá toda a documentação para consultarem, não há, nessa matéria, problema nenhum. Depois referiu aqui a questão das farmácias, vinte e três mil euros, valor gasto nas farmácias do centro da vila, se só existem famílias que precisam de apoio no centro. Não é nada disso. Acontece é que, há tendência generalizada das pessoas depois comprarem aqui nas farmácias do centro, como sabem. Aliás ainda há dias a proprietária da farmácia de Lustosa me abordou com essa preocupação, porque as pessoas vão lá, quem tem estas dificuldades, vão lá pedir uma declaração com a medicação que normalmente tomam e precisam. E os serviços encaminham para as farmácias da residência, mas depois para comprar, vêm aqui ao centro. E ela diz: Pois, depois nunca mais lá aparecem para comprar. Vamos tentar, enfim não digo obrigar, mas direcionar as pessoas para a sua área de residência, porque de facto faz sentido que as pessoas comprem o mais perto das suas residências. Não sei o que é que pretendeu com esta referência que fez às farmácias. O que lhe posso dizer é que o apoio social que é dado às famílias carenciadas, é dado a todo o território, a todos os agregados que precisam, independentemente de estarem aqui na vila ou estarem em qualquer outra freguesia. E que por outro lado, não há aqui nenhuma tentativa de, enfim, dar privilégios às farmácias do centro. Simplesmente isto é mesmo assim, não é por acaso que em Meinedo fecharam e abriram aqui. E deixe-me que lhe diga que era indispensável esta última referência que fez à farmácia da família do senhor Ferro, não nos dignifica nada. Depois a elevada despesa com a COPAGRI. Também não percebo qual é a fixação que tem pela COPAGRI. Tantas questões pela COPAGRI. A COPAGRI é uma das grandes instituições do concelho, com quem trabalhamos há longa data. Há valores substanciais, porque têm ganho concursos públicos para o fornecimento de bens alimentares, para o apoio social, para as escolas, como sabe somos um grande consumidor de géneros alimentícios. Queria dar nota de que não houve uma despesa acrescida no ano passado com distribuição de cabazes para campanhas eleitorais, se era isso que também queria dizer. Disso pode estar certo. E depois, se quiser pode comparar valores, vamos gastar agora em dois mil e catorze, vai chegar a essa conclusão. Infelizmente são cada vez mais as pessoas a precisar de ajuda. E se não for a Câmara Municipal a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

dar resposta, muitas dessas pessoas, não tem outra resposta. Todas as portas estão fechadas e as pessoas não têm soluções. Muita gente que não tem possibilidade para comparar medicamentos porque o Estado cortou-lhes o apoio, algumas delas não têm sequer o que comer. Portanto entendo que a Câmara tem de continuar a fazer aqui um esforço adicional para reforçar estas verbas para o apoio social. Portanto a razão desta despesa ter um valor tão elevado, tem que ver com isso, basicamente. Referenciou que não percebe muito bem se a Câmara tem um desempenho tão bom em termos de contas, por que é que não paga a expropriação de uma só vez e os expropriados tiveram de recorrer aos serviços do aval prestado. Nós de facto temos uma situação confortável mas não estamos a nadar em dinheiro nem temos depósito a prazo. Não temos propriamente um milhão de euros de lado para pagar numa situação, que nós consideramos que é inclusivamente desajustada à realidade, embora temos que a cumprir porque há uma decisão transitada em julgado. A própria lei tem mecanismos para resolver isto. O expropriado recebe de uma só vez do Estado e a Direção Geral do Tesouro fixa um plano à Câmara de pagamento, e pagamos isto em prestações. Depois relativamente à intervenção do senhor Jorge Peixoto. Referenciou aqui uma questão muito particular, que nem eu, nem ninguém seguramente lhe pode responder a isto nestas circunstâncias. Eu esforço-me por dar respostas, a enigmas não consigo. Referenciou aqui nas cobranças duvidosas, uma alegada dívida que já estaria paga. Seguramente que os serviços não são infalíveis e os erros também podem acontecer, e quem não admite o erro devia rever as suas posições. É natural que possa haver um lapso qualquer. Agora tenho de avaliar, como compreende, não estou em condições para lhe dizer se o facto que referenciou, se é verdade ou não, mas volto a dizer são os tais mosquitos, não percebo a importância desse tipo de pormenores. Relativamente às intervenções julgo que é isso que interessa dizer. Reforça esta ideia que o senhor Ferro referenciou, se é certo que agora a lei abandonou esta questão da dívida líquida para efeitos de impor limites, isso é verdade, em termos do endividamento e do recurso à banca o que interessa agora é a dívida total, mas é para esse efeito. Para todos os efeitos o que me interessa a mim saber, é aquilo que devo, mas também aquilo que me devem a mim enquanto Câmara, para sermos corretos e para termos uma noção exata de qual é a dívida real, da Câmara. Dizer que a dívida total são treze vírgula sete, está correto, ninguém está a dizer que não está correto, mas está incompleto, porque para além da dívida total é necessário, e importante ter a noção de qual é a dívida líquida, ou seja a dívida real. Os ativos menos os passivos, tudo que seja dívidas de terceiros à Câmara, mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

o que está no saldo de gerência, é evidente que isso tem de ser descontado para termos uma noção exata de qual é a dívida real da Câmara. E como sabem, e sabem isso perfeitamente, e se calhar tão bem quanto eu que no panorama nacional e aqui da região, Lousada tem de facto uma posição invejável. Depois queria dar nota aqui de outra situação que me parece importante, que é o facto de continuarmos, a reduzir o prazo de pagamentos. Já vamos muito além daquilo que a própria lei dos compromissos exige. Terão visto isso no relatório de gestão, nós estamos com uma média de vinte e quatro dias para fornecedores de conta corrente e trinta e três dias para fornecedores de imobilizado, o que de facto no panorama nacional é de facto invejável. Não é de admirar que os próximos anuários financeiros venham mais uma vez dar destaque a Lousada pelo seu desempenho económico-financeiro. Para nós, é naturalmente motivo de satisfação, mas seguramente que não nos deixa descansados, temos noção das dificuldades e temos receio face às incertezas que são cada vez mais. Infelizmente hoje em dia não podemos dar nada por adquirido, ainda hoje as notícias que todos temos a oportunidade de presenciar, dão sinal disso, não é, é uma incerteza constante. Pelos vistos a austeridade vai continuar e naturalmente que os municípios nos próximos tempos não vão ter a vida facilitada. Felizmente, nós temos algum desafogo, que nos vai permitir aproveitar as próximas oportunidades do próximo quadro comunitário, e ainda este, provavelmente vai haver aqui na reta final a possibilidade de aproveitar algumas oportunidades, porque há muita execução por fazer neste quadro comunitário que está a executar, e vai a jogo quem tem condições para ir a jogo, e nós, julgo eu, que vamos ter algumas condições para isso. E é nesse sentido que estamos a trabalhar. Portanto não admira que em junho tenha que vir cá à Assembleia uma revisão ao orçamento, para nos permitir fazer face a um conjunto de novos desafios, para justamente aproveitar essas novas oportunidades, por força, como disse, desta situação que eu considero invejável.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número um do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação dos documentos de prestação de contas do ano de 2013, conforme estabelece a alínea l), do número dois do artigo vinte e cinco e o número dois do artigo vinte e sete, da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, bem como a apreciação do certificado legal de contas e do parecer sobre as contas apresentado pelo revisor oficial de contas em cumprimento do número um e três do artigo setenta e seis da Lei nº 73/2013 de 03 de setembro” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- A proposta número um foi aprovada por dezoito votos a favor e dezassete abstenções dos seguintes membros: António Carlos da Cunha Pacheco, Sandra Maria Leonor Pereira da Silva, Ricardo Jorge Ribeiro de Sousa Oliveira em substituição de Cristóvão Simão Oliveira Ribeiro, o, Abílio José Barbosa Pereira em substituição de Fátima Marisa da Silva Pereira, João Pedro Bessa Pacheco Leite de Carvalho, Ana Rita Costa Neto em substituição de Manuel Campos Sousa Neto, Cidália de Lurdes Pereira Neto, Agostinho Paulo Teixeira Moreira em substituição de António Filipe Cardoso Barbosa, Virginia Luzia dos Santos Monteiro em substituição de José Manuel Teixeira Gonçalves, Jorge Filipe de Almeida Ferreira Peixoto em substituição de Ana Sofia Martins Bessa, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Avelada, Alberto Carlos Bessa de Sousa, presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira, presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, António Maximiano Dias Nunes Teixeira, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas, João Maria Garcês Teixeira Silva em representação José Oliveira Nunes presidente da Junta de Freguesia de Nespereira e Casais e Fausto Manuel da Costa Oliveira, presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga. -----

----- Com declaração de voto do senhor João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: “ Votei a favor destes documentos, uma vez que eles refletem de modo inevitável aquilo que é e que são as contas do município. Lamento que durante este debate o PSD não tenha corrigido uma falha grave ao longo dos últimos anos, que foi o de falhar consecutivamente os números, numa jogada, claramente de oportunismo e tentativa populista de angariarem votos. O que ficou claramente demonstrado que assim não é neste documento. E por último, gostaria de realçar uma coisa, que não tem diretamente a ver com este orçamento, mas tem a ver com o debate que foi feito. Da última vez que houve provocações a um dos membros desta Assembleia, tudo terminou com a bancada da coligação “Lousada Viva” a sair desta sala. Hoje verificou-se, novamente, uma tentativa clara de nos fazer “saltar a tampa”. E esta é a expressão que eu acho que deve ser usada. Eu acho que isso é baixeza política e se é para entrar nesse jogo nós não estamos cá. Eu digo qual é, chama-se Fonseca, o último nome foi Fonseca. Se isso voltar a acontecer, como é óbvio, e dentro daquilo que são os limites da batalha política, vai haver resposta”.-----

----- E do senhor Adão António Moreira presidente da Junta de Freguesia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

de Caíde de Rei: “ Acho, ou estranho muito que as pessoas que, aqui há uns tempos atrás, viam os números de um determinado local, tudo pela positiva. (E estamos a falar de um local onde tem uma entrada de dinheiro de trinta e sete mil euros), e cem mil euros era muitíssimo bom, estávamos no céu. E quando hoje, essas mesmas pessoas, perante uma Câmara que ainda se pode endividar até dezassete milhões de euros, dizem que é uma má gestão. Vamos ter juizinho nas cabecinhas e vamos pensar naquilo que dizemos”. O senhor João Amadeu Ferro interveio em defesa da honra.» ----

----- Intervenção do Sr. João Ferro do Grupo Municipal do Partido Socialista, em defesa da honra: «Senhor Engenheiro João Carvalho, a Farmácia Fonseca é uma empresa familiar que vai na quarta geração. Eu não falei nessa empresa, Maria José Ribeiro Pacheco da Fonseca exatamente por isso, porque me dizia respeito e achei que não devia falar. Pertence a uma família que tem muito prestígio e dignidade, e não lhe admito que a ponha em causa. E sem pôr em causa o seu prestígio e a sua honestidade, terei que lhe dizer que para alcançar o prestígio dessa família tal, como diria o ex-ministro da economia, Manuel Pinho: O senhor ainda vai ter que comer muita papa maizena. » -----

----- TERCEIRO PONTO - Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais; -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se considerou apreciado o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, conforme estabelece a alínea l), do número dois, do artigo vinte e cinco da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. -----

----- QUARTO PONTO - Assunção de compromissos plurianuais - Aquisição de Serviços de Transportes Escolares; -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número dois do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a autorização prévia da repartição de encargos financeiros por dois anos económicos, de acordo com os seguintes valores: dois mil e catorze – duzentos e vinte mil euros; dois mil e quinze – duzentos e oitenta mil euros, valores com IVA incluído, referente à aquisição de serviço para transportes escolares, em transporte coletivo de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

passageiros (passes escolares), em cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.ª da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012” -----

----- A proposta número dois foi aprovada por unanimidade de trinta e quatro votos. -----

----- QUINTO PONTO - Documentos previsionais do ano de 2014 – Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa. -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se considerou apreciado os documentos previsionais para o ano 2014 da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, conforme estabelece o n.º 2 do art.º 29º dos estatutos da CIM-TS.-----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Intervenção do Sr. José Moreira de Sousa: «Sou proprietário da Lousacapotas, vim cá para ter mais esclarecimentos, porque não tenho o conhecimento total, se na realidade aquela Rua 25 Abril, se é camarária ou se é da Ascendi. Além disso, quando aconteceu, foi na passagem ano, no dia dois de janeiro, dei conta do terreno ceder. No dia três mandei enviar um e-mail aqui para a Câmara, e logo no outro dia foram lá sinalizar. No dia seis segunda-feira, foram lá pôr uns matacões de cimento a cortar o trânsito e não quiseram saber mais da situação da empresa. Eu estou muito sentido nesta questão, porque a Câmara diz que ajuda muito as empresas e eu não vejo nada que ajude. Eu marquei com o senhor presidente para ser atendido, passadas duas semanas deste assunto acontecer é que fui atendido. O esclarecimento foi quase sempre a mesma coisa, comunicaram à Ascendi, a Ascendi naqueles primeiros tempos apareceu logo, depois que o terreno começou a ceder no talude, veio logo prevenir e meter lá pedra, depois veio cobrir aquilo. A situação cada vez se degradou mais, vai fazer dia três, quatro meses que nós estamos com aquela circulação fechada. Causa-nos muitos prejuízos, só quem é empresário é que sabe calcular o prejuízo que causa aquilo. Muitos dos clientes são camiões articulados, circulam por umas vielas que é tipo, um carreiro de cabras, aquilo não é para camiões, aquilo é para carro ligeiro. Quem sabe conduzir um carro ligeiro de certeza, a maior parte, não sabe conduzir um camião pesado com dezasseis ou dezassete metros de cumprido ou dezoito/setenta e cinco que é o máximo. Portanto é importante, eu queria saber esta questão: se aquela situação é ou não camarária? Se é camarário, porque não fazer as obras



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

logo de início? Aquilo que estão a fazer agora, faziam logo de início. Além disso, no dia dez começaram a fazer um desaterro lá, passados uns dias voltaram lá, e hoje dia trinta é que lá foram outra vez. Portanto o trabalho que tinha sido feito anteriormente foi serviço de dois dias de uma máquina. Andou lá uma máquina pequena mas se fosse uma giratória, num dia até fazia tudo, mas isso o problema não é meu. Eu disse aqui mais que uma vez que, se fosse aquilo terreno meu, propriedade minha, eu em duas semanas construía a ponte e assumia a responsabilidade. Eu tive lá um camião carregado, dois meses com chapa e vigas de ferro para fazer uma ponte provisória. Pedi ajuda à Câmara para sinalizar e ter aquilo com segurança e não me deram esse apoio. E com mais fiquei revoltado. Ontem tivemos uma reunião na Quinta do Redolho, com os empresários, estava eu presente e estava presente a Dr.^a Cristina e diz que a Câmara apoiava as empresas. Eu não vejo nada, eu estou encostado á valeta, é isso que acontece. Estou muito lesado nesta situação. Porque nós pagamos os nossos impostos, estamos paralelos à via rápida, da rotunda à nossa entrada são duzentos metros e porque vamos fazer dois quilómetros e meio para cada lado. Isso custa-nos a nós, custa ao nosso cliente e perdemos cliente. Depois quem paga? São trinta quatro, trinta e cinco empregados, quanto é que custa? Temos de pensar nisso a sério. Eu queria uma informação correta sobre isto.» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Respondendo aqui ao senhor Sousa. O senhor esteve com muita atenção a alguns assuntos, até bateu palmas. Mas pelos vistos não ouviu nada, relativamente, à minha explicação. Julgo que fui claro mas vou repetir para o esclarecer da melhor forma. E começando pela questão que é pertinente que pergunta, se aquela via é municipal ou se é da Ascendi. Aquela via foi feita aquando da construção do IC 25. São aquelas vias a que o EP chama de restabelecimentos. Em bom rigor aquela via nunca foi entregue formalmente à Câmara. O que devia acontecer, que é aquilo que ainda estamos nesta fase a negociar com as Estradas de Portugal, a propósito de um conjunto significativo de vias, que agora com a construção da A11 e da A42 surgiram, e que nós entendemos que deve ficar definido, nomeadamente o acesso do hospital até à portagem. Tem que haver um acordo e um documento escrito, entre o município que recebe essa via e quem a construiu e entrega. Relativamente àquela via isso não existe, mas isso nunca foi motivo para nós nos escusarmos a resolver o problema, como sabe. O grande problema que esteve na demora da solução, foi aquilo que eu há bocado referi. É que, nós não podemos ou não podíamos fazer a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ponte, sem precaver a infraestrutura que está por baixo ou que vai ficar por baixo dessa ponte, que é aquela passagem hidráulica, e o senhor conhece muito bem a situação. Portanto, lembra-se que eu há bocado referenciei que aquilo não é muito comum, usarem aquele tipo de materiais ou técnicas construtivas, são umas urguelas em metal que estavam a ceder. E portanto, era impensável a Câmara mexer ali, porque aquilo podia ruir tudo. E aquela alternativa que o senhor propôs, a determinada altura, que era meter lá provisoriamente umas vigas e umas chapas de ferro, podia matar alguém. Nós temos de facto o dever de ajudar as empresas, na medida do possível, e isso foi feito. Só que era impossível, no caso concreto, mas também temos o dever de acautelar a segurança de pessoas e bens, e isso nós não podemos arriscar. E essa sua proposta que eu percebo, no âmbito da aflição e dos prejuízos, que eu acredito, seriamente que esta situação lhe causou e lhe está a causar, mas nós não podíamos arriscar, e os serviços técnicos da Câmara disseram que isso era impensável, porque o local está muito instável, e depois podíamos até pôr aquilo só a circular com ligeiros, mas entretanto, de noite há um pesado qualquer que passa e há ali uma tragédia. E depois, quem é que era o responsável? O que eu lhe quero dizer é que o senhor, seguramente, não é excluído por nós, e é tratado independentemente de tudo o resto, é tratado da mesma forma que qualquer outro cidadão, pelos vistos não quer perceber isso, mas pode ter a certeza que é tratado da mesma forma que qualquer outro cidadão. E por isso o que nós fazemos numa situação destas é tentar colaborar ao máximo, e foi o que nós fizemos. Percebendo da sua dificuldade, quando surgiu a necessidade de cortar o trânsito, por questões de segurança, não foi por questões de capricho, quando se decidiu meter lá aqueles blocos de betão, os *new jerseys*, foi para acautelar a segurança de pessoas e bens, porque aquilo ameaçava colapsar. E foi como sabe, também acho eu, os serviços tiveram a preocupação de tentar melhorar a alternativa que existia. É certo que a alternativa não é o ideal, temos consciência disso mas era a alternativa possível. E portanto do outro lado da via, nós fizemos negociações com um particular que nos cedeu ali terreno para melhorar a interceção do cruzamento, fizemos ali a obra logo que foi possível. E portanto temos feito tudo o que está ao nosso alcance para resolver o problema. E só agora é que avançamos com a solução, porque só agora é que nós temos o projeto para a execução daquela obra. Porque nós nem sequer tínhamos na Câmara, como sabe não foi a Câmara que fez aquela obra, a passagem hidráulica que lá está, foi feita na altura, por algum empreiteiro a mando do EP, depois transferido para a Ascendi. O próprio EP não tinha o projeto, ninguém sabia do projeto. Havia necessidade de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

executar o projeto da consolidação dessa infraestrutura e depois, prever também uma solução técnica para fazer a ponte. Eu acredito que o senhor tivesse essa vontade de fazer uma ponte, mas provavelmente as coisas iam correr mal, e se calhar o IC25 até ia ficar impedido de circulação automóvel. Aliás nós estamos a ter todos os cuidados na execução da obra, conforme disse, e mesmo assim as escoras que lá estão começaram a vergar todas, e teve de vir de emergência a Ascendi tentar acautelar a situação. Portanto aquilo é uma obra muito sensível, muito complexa do ponto de vista técnico, e foi isso que não permitiu uma solução mais rápida. É evidente que nós temos noção dos seus prejuízos, e acho inclusivamente que o senhor deve reclamar esses prejuízos, a quem de direito, e no limite se não assumirem essas responsabilidades deve ir para tribunal e exigir essas responsabilidades, para que lhe sejam pagos os prejuízos que teve. Agora uma coisa lhe garanto, a Câmara, a intervenção que está a ter é para ajudar um munícipe e uma empresa de Lousada, não é porque tenha qualquer responsabilidade de resolver aquele problema, porque não tem. Eu volto a dizer que não conheço nenhuma obra pública que tinha sido feita para durar apenas quinze anos. Houve ali um erro ou de projeto ou de execução de obra. Portanto tem de se socorrer dos meios legais para que o senhor seja ressarcido dos prejuízos que teve. Portanto a garantia que lhe deixo é que nós estamos muito conscientes do problema que o senhor e a sua empresa têm em mãos, e estamos a fazer tudo que está ao nosso alcance para resolver o problema. Essa questão que referenciou que agora com o andar dos trabalhos poderia ter sido uma máquina maior. Não vou discutir questões técnicas. O que lhe posso dizer é que são trabalhos muito especializados, as fundações da plataforma superior que ainda falta construir é feito por estacaria, é uma empresa externa, porque nós não temos condições para os fazer, são serviços especializados. Se foi lá uma máquina fazer o trabalho é porque foi a própria empresa que pediu que fossem feitos, Queria só lhe deixar essa garantia, de que o que é possível fazer, nós estamos a fazer.» -----

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da ata minutada que fica apensa a esta ata e que foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos. -----

----- Não têm direito à senha de presença porque não esteve presente em pelo menos cinquenta por cento do tempo total da sessão o seguinte membro: Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) -----

----- Era uma hora e vinte e três minutos quando foi dada por encerrada a
sessão. -----

A MESA
